



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Rafael Queiroz Gonçalves da Costa

DIVISÃO DE PODER NO BRASIL: ANÁLISE DE PODER DE BANCADAS PELA
ÓTICA DE TEORIA DOS JOGOS

Rio de Janeiro

2024

Rafael Queiroz Gonçalves da Costa

DIVISÃO DE PODER NO BRASIL: ANÁLISE DE PODER DE BANCADAS PELA
ÓTICA DE TEORIA DOS JOGOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como exigência
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Resende de
Mendonça e Silva

Co-orientador: Dr. Douglas Sad Silveira

Rio de 2024

CIP - Catalogação na Publicação

Q3 Queiroz Gonçalves da Costa, Rafael
DIVISÃO DE PODER NO BRASIL: ANÁLISE DE PODER DE
BANCADAS PELA ÓTICA DE TEORIA DOS JOGOS / Rafael
Queiroz Gonçalves da Costa. -- Rio de Janeiro, 2024.
78 f.

Orientador: Marcelo Rasende de Mendonça e Silva.
Coorientador: Douglas Sad Silveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2024.

1. Bancadas Parlamentares . 2. Valor de Shapley.
3. Conservadorismo. I. Rasende de Mendonça e Silva,
Marcelo, orient. II. Sad Silveira, Douglas,
coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

RAFAEL QUEIROZ GONÇALVES DA COSTA

DIVISÃO DE PODER NO BRASIL: ANÁLISE DE PODER DE BANCADAS PELA ÓTICA DE
TEORIA DOS JOGOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 25/04/2024.

MARCELO RESENDE DE MENDONÇA E SILVA - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

DOUGLAS SAD SILVEIRA
Doutor em Economia pela UFJF

ALEXANDRE BARROS DA CUNHA
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos e proteção que me trouxeram até aqui em segurança e com forças para seguir em frente na luta.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Resende, por toda a dedicação, paciência e aconselhamento

Agradeço à minha família por todo o apoio; intelectual, emocional e material durante todos esses anos de curso. Meus pais, Marcos e Heloísa Laura, por serem meus guardiões e pilares que sempre estavam lá por mim. Minha irmã, Júlia, por ser uma companheira e conselheira de vida e especialmente da UFRJ.

A meus avós, Abrahão (*in memoriam*), Maria (*in memoriam*), Carlos Hernani (*in memoriam*) e Lêda Miranda por serem sempre exemplos para mim de perseverança e retidão de caráter.

Agradeço à minha namorada, Raphaela, pelo incentivo, apoio e carinho que sempre foram presentes. À Priscila, Yasmin, João e outros amigos que sempre estiveram do meu lado para apoiar nos meus momentos de maior fragilidade.

Gostaria de agradecer também aos professores e funcionários do Instituto de Economia, pelo contínuo esforço em fornecer o melhor serviço possível ao corpo discente.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno dos grupos parlamentares ideológicos, informalmente conhecidos como bancadas parlamentares na política brasileira em quesito de seu poder de voto com foco nas principais bancadas conservadoras (Bancada BBB). Para este fim, utiliza-se da estrutura teórica de Teoria dos Jogos na figura do Valor de Shapley como métrica. São utilizados dados do Departamento Interssindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) para as Legislaturas de 2007 a 2027 para obter o comportamento histórico desse poder para apontar a consolidação do conservadorismo alinhado à direita no Congresso. Analisa-se também o apoio popular a essas bancadas usando de pesquisas de opinião sobre as principais pautas defendidas.

Palavras-chave: Valor de Shapley; Teoria dos Jogos, grupos parlamentares; conservadorismo; Bancada BBB

ABSTRACT

The present work aims to analyze the phenomenon of ideologically charged parliamentary groups, informally known as *bancadas*, in Brazil's political landscape, with particular emphasis on those aligned with conservatism (Bancada BBB). To this end, it makes use of Game Theory's framework of Shapley Value to indicate voting power of such groups. The changes of voting power are analyzed using the Departamento Interssindical de Assessoria Parlamentar's (DIAP) data for Congress composition from 2007 to 2027 to show right-aligned conservatism consolidation of power in the Congress. Popular support for those groups is also analyzed using opinion polls concerning the flagship proposals they have.

Keywords: Shapley value; Game Theory; parliamentary groups; conservatism; Bancada BBB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM – Ato da Mesa

Bancada BBB – Bancada Bala, Boi e Bília

CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

FPF – Frente Parlamentar Feminina

FPS – Frente Parlamentar da Segurança

FPSi – Frente Parlamentar Sindical

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MEC – Ministério da Educação e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nº de Votos das Bancadas na Câmara dos Deputados (53 ^a a 57 ^a Legislatura)	33
Tabela 2 – Nº de Votos das Bancadas no Senado (53 ^a a 57 ^a Legislatura)	34
Tabela 3 - Índice de Shapley-Shubik das Bancadas na Câmara dos Deputados (57 ^a –53 ^a Legislaturas)	34
Tabela 4 – Índice de Shapley-Shubik das Bancadas no Senado (57 ^a –53 ^a Legislaturas)	34
Tabela 5 - Índice de Shapley-Shubik X Apoio popular às Bancadas na 57 ^a Legislatura	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 JOGOS COOPERATIVOS E A TEORIA DE SHAPLEY	10
2.1 DEFINIÇÃO FORMAL DO VALOR DE SHAPLEY	12
2.2 O CORE COMO SOLUÇÃO PARA JOGOS COOPERATIVOS E DESENVOLVIMENTO DO VALOR DE SHAPLEY	12
2.3 O VALOR DE SHAPLEY PRÓPRIAMENTE DEFINIDO	13
2.4 ÍNDICE DE PODER DE SHAPLEY-SHUBIK	17
2.5 UTILIZAÇÃO DO VALOR DE SHAPLEY COMO ANÁLISE DE PODER POLÍTICO	20
3 ESTRUTURAÇÃO DAS BANCADAS TEMÁTICAS	20
3.1 FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)	23
3.2 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (FPE)	25
3.3 FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA (FPS)	27
3.4 CARACTERÍSTICAS DA BANCADA BBB	28
3.5 OPOSITORES IDEOLÓGICOS DA BANCADA BBB	29
4 EMENDAS PARLAMENTARES E ATUAÇÃO DA BANCADA BBB	30
5 RESULTADOS	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A – CÓDIGO DE PYTHON	44
ANEXO B – DEPUTADOS FEDERAIS POR BANCADA E PARTIDO DA 55ª À 57ª LEGISLATURAS	46
ANEXO C – SENADORES POR BANCADA E PARTIDO DA 55ª À 57ª LEGISLATURAS	59
ANEXO D – BANCADA DE OPOSIÇÃO PROGRESSISTA NO SENADO (55ª A 57ª LEGISLATURA)	62
ANEXO E – BANCADA DE OPOSIÇÃO PROGRESSISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (55ª A 57ª LEGISLATURA)	70
ANEXO F – EMENDAS INDIVIDUAIS (2015-2024) DOS INTEGRANTES DA BANCADA BBB	73

1.0 – Introdução

O período após a crise econômica de 2014 foi marcado por intensa instabilidade política no Brasil, com a ocorrência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão da direita neoconservadora encabeçada por Jair Bolsonaro como uma potência política. Uma das consequências dessa instabilidade política foi o aumento do protagonismo das bancadas temáticas, também chamadas de bancadas suprapartidárias, na definição da agenda política nacional.

As bancadas atuam como verdadeiros blocos ideológicos que complementam e até suplantam os atores institucionais formalmente definidas dos parlamentares e partidos, uma vez que a ampla fragmentação e infidelidade partidária juntamente a dificuldade de discernimento de posições políticas partidárias por parte dos eleitores, apontadas por Kinzo (2004) e Carreirão (2014), criam um ambiente instável para que os partidos possam representar de maneira eficiente os anseios de grupos específicos. Araújo e Silva (2016) definem a situação da seguinte forma:

“O multipartidarismo brasileiro não tem fornecido subsídios suficientes para que ideias e propostas consigam ser devidamente tratadas no Congresso apenas tomando como base as estruturas partidárias, principalmente pelas fragilidades do nosso partidário, especialmente a elevada fragmentação e perda de identidade e de conexão com os representados.”

O entendimento acadêmico da atuação das bancadas temáticas tem avançado bastante. Inicialmente entendidos como um desdobramento do fenômeno de *lobbies* dentro da matriz corporativista do sistema Legislativo brasileiro, as bancadas passam a ser vistas como fenômenos singulares. O grande diferencial está no escopo de atuação e o tempo de organização da negociação: Santos (2014a) caracteriza os *lobbies* como negociações pontuais de grupos de interesse com parlamentares – em alguns casos isso inclui o partido como um todo – de forma corporativa, na qual o contato entre a parte interessada e o agente político legítimo, e focada em emendas, leis e votos que beneficiem os interesses representados. O mesmo autor, Santos (2014b), ao descrever grupos que não atuam dentro dessa descrição, os define como uma mobilização política, entendida como mais ampla ao passar por diferentes parlamentares e partidos com foco em contínuo contato de avanço de pautas legislativas de interesse do grupo

representado. Entender a longevidade e escopo de atuação das bancadas é vital para entender o funcionamento das bancadas temáticas.

A atuação das frentes parlamentares no campo político não é um fenômeno que surgiu com o avanço do neoconservadorismo, mas sim algo que vem se consolidando no fazer político brasileiro desde a redemocratização, com impactos diretos nas diretrizes orçamentárias. Um dos casos mais famosos é da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006, que foi barrada pela bancada ruralista devido ao descasamento entre as propostas do Governo Lula I e as da frente em relação ao perdão de dívidas agropecuárias. A FPE em seu “Manifesto à Nação Brasileira” de 2018 declara como um de seus eixos de atuação o de responsabilidade fiscal, focando em “modernização” previdenciária e tributária e abertura comercial. A Frente Feminina tem forte atuação e controle do Orçamento Mulher, programa federal que empenha mais de R\$ 15 bilhões.¹ As frentes sindical, agropecuária e evangélica foram agentes importantes nas recentes negociações relativas à desoneração na folha de 17 setores da economia. Esta última ocasião é surpreendente, visto que essas bancadas têm grandes divergências ideológicas, o que marca que seus projetos podem ocasionalmente coincidir.

A literatura, por mais que enfatize a presença das bancadas e sua importância no processo político brasileiro, ainda tem lacunas no entendimento da atuação efetiva desses grupos. Uma das questões, e talvez uma das mais importantes dentro de uma democracia representativa e para a saúde fiscal do país, é a de se esses grupos efetivamente representam a sociedade em que estão. Posto de maneira mais estruturada: o poder de voto das bancadas temáticas reflete o interesse e opinião da sociedade sobre os temas defendidos por elas?

Esse ponto de análise se coloca como uma fronteira de pesquisa sobre o tema das bancadas temáticas. A grande parte dos trabalhos realizados sobre o tema, como Araújo e Silva (2016), Pinheiro (2010), Sousa (2017) e Manes (2022), foca na esfera qualitativa das bancadas temáticas; sem utilizar de algum arcabouço teórico quantitativo para analisar impactos das bancadas. O objetivo do presente trabalho é analisar pelo prisma da Teoria dos Jogos a atuação de grandes bancas temáticas cuja atuação foi particularmente maior no Governo Bolsonaro: a bancada ruralista (coloquialmente conhecida como bancada do boi), a bancada evangélica (coloquialmente conhecida como bancada da bíblia) e a bancada de segurança pública

¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/998821-secretaria-da-mulher-da-camara-relanca-monitoramento-do-orcamento-mulher/>

(coloquialmente conhecida como bancada da bala) considerando seus principais oponentes ideológicos para obtermos uma avaliação mais precisa de seu poder de voto. As três bancadas conservadoras juntas formam o conjunto que foi definido jocosamente pela deputada Erika Kokay (PT-DF) como “Bancada BBB – Bala, Boi e Bíblia”; principal frente ideológica conservadora política brasileira.

A busca é entender a dinâmica do poder de voto dessas bancadas no tempo, utilizando da metodologia e pesquisas da DIAP como base para sua composição ao longo de cinco legislaturas (53^a a 57^a), e se o poder de voto das bancadas na 57^a Legislatura é representativo da sociedade brasileira com base nas pesquisas de opinião relacionadas aos temas defendidos pelas frentes. O poder de voto das bancadas será computado utilizando de ferramentas da Teoria dos Jogos, particularmente do Valor de Shapley; seguramente entendido como uma métrica eficiente para esse tipo de análise. A representatividade do poder de voto das bancadas será baseada, dado o caráter mais “ideológico” dos grupos, uma série de pesquisas de opinião coletadas sobre os temas defendidos pelas frentes.

2.0 - Jogos Cooperativos e a Teoria de Shapley

A característica dos processos políticos em uma democracia é fundamentalmente pautada pelo debate e representação igualitária das vontades políticas dos cidadãos de uma nação no tocante às decisões legislativas. Nas democracias representativas, os oficiais eleitos buscam representar suas bases eleitorais nas diferentes câmaras legislativas, visando teoricamente, a aprovação de medidas que consideram mais benéficas para o avanço de seus projetos.

Considerando que o princípio de igualdade é mantido, nenhum oficial eleito teria, individualmente, poder para determinar o resultado de uma votação, forçando-os a realizar coalizões para que possam ter resultados que julguem positivos para suas bases eleitorais.

Essa natureza do trâmite político legislativo faz com que se aproximem fortemente de um jogo cooperativo, definido assim por:

“Um jogo cooperativo consiste em dois elementos: (i) um conjunto de jogadores e (ii) uma função característica especificando os valores criados pelos diferentes subconjuntos de jogadores no jogo.” (BRANDERBURGER, 2007, pág 2)

Algumas explicações complementares se fazem necessárias à definição oferecida. A função característica é definida também como o vetor de *payoffs* de cada uma das coalizões, *payoffs* esses que serão divididos entre os integrantes das coalizões. Uma restrição primordial

da função característica é sua superaditividade; a capacidade de que o *payoff* da coalizão formada pela união de duas coalizões disjuntas seja ao menos igual que a soma dos *payoffs* das coalizões individuais. Matematicamente, definimos a superaditividade

$$\begin{aligned} v(S \cup T) &\geq v(S) + v(T) \\ \text{se } S, T &\subseteq N \text{ e } S \cap T = \{\} \end{aligned} \quad (1)$$

sendo N o conjunto de todos os jogadores e S e T coalizões não-vazias de jogadores. A superaditividade também implica no caso oposto de subaditividade, no caso de uma função de custo que se busca minimizar.

O caso das Câmaras Legislativas Brasileiras é possível reconhecer facilmente que se encaixam na descrição. O conjunto de jogadores é representado pelo conjunto total de deputados e senadores, e a função de subconjuntos as possíveis coalizões políticas formadas para aprovação de projetos de lei. As bancadas ideológicas podem ser mais bem entendidas então como uma cristalização desse movimento: deputados com pautas similares atuam em coalizão para garantir que projetos de seu interesse individual sejam mais facilmente aprovados.

A utilização do Valor de Shapley como ferramenta de avaliação de poder de voto já foi demonstrada de diversas maneiras, tanto para o caso brasileiro quanto para o cenário internacional: Novaes e Rosenblatt (1991) e Rosenblatt e Novaes (1993) analisam a distribuição de poder regional dentro do congresso na busca de uma possível explicação para uma suposta concentração de benefícios fiscais na região Nordeste que era e se mantém sendo defendida pela mídia nacional e atualizam seus resultados posteriormente com a criação do estado do Tocantins, bem como exploram se regras alternativas alterariam consideravelmente a distribuição de poder regional. O artigo de 1991 levanta a suposição de que se a Região Nordeste estiver concentrando benefícios e recursos de transferências fiscais, ela deve possuir um capital político capaz de consistentemente influenciar as votações no Congresso. Considerando que a região em questão é a segunda mais populosa e, teoricamente, a representação política junto ao Congresso, em particular com a Câmara, é proporcional à população dos estados, deveria haver uma sobre-representação da região. Algumas questões das transferências federais são consideradas.

Os autores utilizam-se das Superintendências Regionais, responsáveis pelos programas de desenvolvimento regionais, como base de análise. Uma peculiaridade dessa análise é que a Sudene compreende os estados do Nordeste e Minas Gerais, aumentando o poder do “bloco Nordeste”. Utilizando-se do valor de Shapley como métrica e comparando com o percentual da população que cada estado possui, os autores analisam se há sobre-representação do Nordeste

como um todo (na sua configuração geográfica e Sudene), hipótese que não é confirmada pelos autores.

Zugman e Telli (2005) analisam a distribuição de poder brasileira de maneira mais ampla, observando a questão regional e a divisão partidária. O cenário internacional também é marcado por trabalhos como Miller (1973), que analisa os Valores de Shapley das províncias canadenses na votação de emenda constitucional; Owen (1975), com uma análise dos poderes de voto de cada estado americano dentro do Colégio Eleitoral, e mesmo o próprio trabalho seminal de Shapley e Shubik (1954), cuja análise de poder de voto dentro do Conselho de Segurança da ONU deu origem ao índice de poder de Shapley-Shubik que é bastante utilizado junto ao índice de Banzhaf para situações de voto.

2.1 - Definição Formal do Valor de Shapley

A definição de jogos cooperativos usa como base o trabalho seminal de von Neumann e Morgenstern, *Theory of games and economic behaviour* que estabelece a base teórica para o entendimento dos jogos cooperativos e uma distinção principal na forma de analisar tais jogos em relação aos jogos competitivos: não há mais o foco na descrição extensiva de todos os movimentos possíveis de cada jogador e seus resultados individuais; apenas os resultados finais possíveis das coalizões são necessários para avaliar o jogo como um todo. Tal mudança impõe uma dúvida central de como determinar então o conjunto de resultados possíveis e suas características.

A solução inicial determinada por von Neumann e Morgenstern baseava-se na teoria de utilidade esperada, também definida pelos autores, com a solução de um “conjunto estável”; um conjunto de vetores de resultados possíveis a serem realizados pelas coalizões que respeitam as seguintes propriedades: (1) Estabilidade Interna; na qual nenhum vetor de resultados é uma estratégia estritamente dominante em relação a outro vetor de resultados dentro do conjunto estável; e (2) Estabilidade Externa; na qual nenhum vetor de resultados fora do conjunto estável é preferível a um resultado do conjunto estável. A solução de von Neumann e Morgenstern mostra-se bastante genérica, porém preserva os axiomas de racionalidade dos indivíduos, especialmente no tocante a preferir agir em coalizão por reconhecerem o ganho maior dentro da coalizão que se agissem individualmente. Considerando a generalidade dessa solução, o valor de Shapley mostra-se muito útil ao definir um vetor de resultados único que representa o valor esperado por cada jogador ao participar de um jogo de coalizão.

2.2 - O *core* como solução para jogos cooperativos e desenvolvimento do Valor de Shapley

Uma das mais importantes soluções de jogos cooperativos e que precede o conceito de Valor de Shapley é o conceito do *core*. O *core* de um jogo é definido por Shapley (1971) como o conjunto de todos os viáveis *payoffs* para um jogo no qual não é possível para nenhum jogador e/ou grupo melhorar seu resultado.

Essa definição informal faz necessária algumas explicações formais sobre os jogos. Inicialmente definimos uma alocação de *payoffs* como o vetor de *payoffs* que respeita a racionalidade do grupo; na qual o somatório de cada resultado individual é o valor total obtido do jogo e o valor recebido por cada indivíduo participante da grande coalizão é equivalente à sua contribuição marginal para a coalizão, e a racionalidade individual, na qual o *payoff* de participação na coalizão é superior ao de sua atuação individual. Formalmente, essas duas restrições são definidas pelas seguintes equações respectivamente:

$$\sum_{i \in N} z_i = v(N) \quad (2.1)$$

$$z_i \geq v(\{i\}), \forall i \quad (2.2)$$

Uma outra definição importante a ser explicada é o conceito de dominância ou relação de domínio. Definimos a relação de domínio entre duas estratégias, z e x , para uma coalizão N se umas das estratégias - digamos z - é dominada por x se a estratégia x for viável e oferecer um vetor de *payoffs* maior para os membros da coalizão N . Temos então uma segunda definição para o *core*, nos valendo das características definidas: O *core* de um jogo é o subconjunto de alocações de *payoffs* que não são dominadas.

Algumas características do *core* devem ser ressaltadas. Primeiramente, temos como consequência da racionalidade do grupo e da relação de dominância que o *core* é Pareto-eficiente; não há forma de melhorar o resultado dos participantes da coalizão. Essa incapacidade de formar coalizões que obtenham resultados mais favoráveis é chamada de estabilidade.

O *core* não é necessariamente uma solução única - pode ser um conjunto vazio, no caso de jogos cuja proposta da coalizão sofre de grande instabilidade, ou mesmo um conjunto demasiadamente grande de resultados; o que pode tornar a análise do resultado *de facto* de um jogo cooperativo mais difícil. A busca então por uma solução de alocação de *payoffs* única para

os jogadores se torna altamente valorizada, conforme Myerson (1991) afirma. O Valor de Shapley surge como a exata solução para os problemas do *core*.

2.3 - Valor de Shapley propriamente definido

O Valor de Shapley ($Sh_i(\vartheta)$) é a solução para jogos cooperativos definida por Lloyd Shapley em seu trabalho seminal “The Value of an n-Person Game” (1953) na busca de uma solução geral para jogos cooperativos estabelecidos por von Neumann e Morgenstern. Trata-se de uma solução axiomática que busca determinar a distribuição de utilidade de uma coalizão por seus integrantes; de forma que cada jogador fosse recompensado com base em sua contribuição, via uma utilidade esperada dos jogos, dentro do arcabouço teórico estabelecido por von Neumann e Morgenstern. Pela ótica dos jogadores, o Valor de Shapley representa o valor esperado de sua participação no jogo, facilitando a análise do jogador e seu comportamento de forma que o pressuposto de racionalidade do jogador seja preservado. O método axiomático proposto por Shapley atua, segundo Roth (1998) ao levar a proposta reducionista de von Neumann e Morgenstern um passo além e resumir a curva de decisões propostas pelos autores em um número capaz de representar a “utilidade de jogar”.

Os axiomas propostos por Shapley são: I) eficiência, II) simetria, III) valor da coalizão *carrier* do jogador *dummy* e IV) aditividade. Para todos os axiomas, consideramos v , um jogo, N , a grande coalizão vencedora do jogo e Sh , o Valor de Shapley.

I) Eficiência: A utilidade total da coalizão deve ser sempre equivalente ao somatório da utilidade de cada jogador que a integra, de forma que:

$$\sum_{i \in N} Sh_i(v) = v(N) \quad (3)$$

Representa que a participação na coalizão fornece um *payoff* para cada jogador do que sua atuação individual e sua divisão é justa, de forma que todo o *payoff* da coalizão é dividido conforme o poder de voto de cada jogador. Shapley (1954) denota que essa propriedade exclui o pensamento traidor, no qual cada jogador assume que a coalizão agira unanimemente contra ele, de forma que seu *payoff* de participação seria idêntico ao de jogar sozinho.

Roth (1988) levanta um ponto interessante sobre esse axioma: a conformidade da função de utilidade com esse axioma depende do comportamento do jogador ao risco apresentado pelo jogo.

II) Simetria: Para dois jogadores i e j que possuem a mesma contribuição para a coalizão, a utilidade alocada para cada um deve ser igual, de forma que:

$$Sh(i) = Sh(j) \quad (4)$$

Também podemos analisar o axioma de simetria pela visão de um jogador apenas. Consideramos π uma função $\pi: N \rightarrow N$ representando um rearranjo dos jogadores dentro da coalizão. Teremos então que para qualquer π de um jogo z :

$$Sh_{\pi(i)}(\pi z) = Sh_i(z) \quad (5)$$

Tal que o Valor de Shapley não se importa com o arranjo dos jogadores em um jogo específico; apenas com sua função característica. Esse axioma é interessante, pois reforça a prova que o Valor de Shapley é um vetor único de payoffs para os jogadores

III) Valor da coalizão *carrier* do jogador *dummy*: Uma coalizão dita *carrier* é aquela que contém todos os membros essenciais para a determinação do resultado do jogo. Jogadores *dummy* são definidos como aqueles que não participam de qualquer coalizão *carrier*, tendo seu valor de Shapley sempre igual a zero.

Matematicamente, uma coalizão T de S é dita *carrier* se e somente se $Sh(S) = Sh(S \cap T)$. A soma dos valores de Shapley dos jogadores que compõem a coalizão *carrier* T é igual ao valor de Shapley da própria coalizão T .

O axioma do jogador *dummy* afirma que para todo jogador *dummy* o valor do payoff que recebe da grande coalizão é idêntico ao que obteria se jogasse sozinho; não faz diferença para a coalizão e para o jogador participar da coalizão.

IV) Aditividade: Para o jogo $(N, v + \mu)$, sendo μ e v jogos independentes, temos que para qualquer jogador i :

$$Sh_i(v + \mu) = Sh_i(v) + Sh_i(\mu) \quad (6)$$

Dados os três axiomas, podemos definir que o Valor de Shapley de um jogador i no jogo φ é:

$$Sh_i[\varphi] = \sum_{T \subset N, i \in T} \frac{(t-1)!(n-t)!}{n!} [\varphi(T) - \varphi(T - \{i\})] \quad (7)$$

A analogia utilizada por Roth (1988) para explicar seu pensamento é a de que podemos organizar todos os jogadores de maneira aleatória em uma fila, cada qual entrando na sua vez em uma sala e encontrando uma certa grande coalizão já formada, dentro de uma combinação representada por $\frac{(t-1)!(n-t)!}{n!}$. Esse jogador que entra, podendo apenas contribuir certa utilidade para a coalizão, $[\varphi(T) - \varphi(T - \{i\})]$, considerando aquela coalizão já formada. Considerando que esse jogador não é *dummy*, o valor esperado para o *payoff* de um jogador

qualquer é representado então pela equação do Valor de Shapley. Interpretando o Valor de Shapley, podemos notar que ele representa a contribuição marginal que cada jogador i faz para a coalizão em todas as combinações de coalizões, de tal forma que é o valor esperado dessa contribuição marginal.

Uma qualidade importante do Valor de Shapley é sua característica agnóstica ao modelo de votação usado. Como uma mudança do modelo de votação; seja por alteração do quórum necessário para uma vitória e/ou pesos diferenciados; necessariamente implica em uma mudança da contribuição marginal que cada jogador, o Valor de Shapley imediatamente reflete o modelo do jogo que está sendo praticado. Essa capacidade permite que o Valor de Shapley tenha amplo uso.

O Valor de Shapley tem inúmeras aplicações, seja em estudos econômicos ou políticos. Leite (2022) demonstra dois exemplos de aplicações reais em jogos de alocação de custo e de jogos de votação que utilizaremos em seguida devido sua relevância para o trabalho em questão.

O caso da votação na Câmara dos Deputados e Senado Federais, como definidos anteriormente, são classificados como votação ponderada de maioria, temos a seguinte estruturação do jogo $V = (N, \vartheta)$

$$\vartheta(S) = \{1, \text{se } w(S) \geq x \text{ } 0, \text{ caso contrário}\} \quad (9)$$

sendo S a coalizão dos jogadores, $w(S)$ o número de votos que a coalizão S possui e x o número de votos necessários para vencer a votação. A implicação lógica dessa definição está em que nenhum jogador tem sozinho a capacidade de determinar o resultado da votação, mas que existem coalizões possíveis capazes de determiná-la. A contribuição marginal de cada jogador neste caso é apenas 0 ou 1, sendo que o jogador ou forma a coalizão *carrier* ou atua como *dummy*. Neste caso, o Valor de Shapley está demonstrando o efeito que jogadores com maior número de votos tendem, em média, a serem os jogadores determinantes para a formação de coalizões vencedoras e possuem relativamente mais poder de voto:

“o valor de Shapley captura o fato que os grandes jogadores (blocos regionais de votação em nosso caso particular) tem um poder de voto na margem maior que o poder representado pela fração total de votos pertencentes àquele jogador.” (Novaes e Rosenblatt 1991).

Algumas questões sobre o Valor de Shapley são interessantes de serem pontuadas. O valor é uma abstração que não leva em conta fatores sociais que podem afetar a formação das coalizões. Rivalidades, alianças ideológicas e até resultados prévios de outros jogos geram externalidades na formação de novas coalizões, gerando aumento ou diminuição não calculáveis da utilidade de formação da coalizão. Sobre essa situação, o próprio Shapley (1953)

afirma que o valor é “melhor entendido como uma análise *a priori* do jogo, ignorando ou desconhecendo qualquer organização social dos jogadores”.

O Valor também pode ser visto como uma medida de “justiça” na divisão de ganhos da coalizão, segundo o princípio de ganhos equivalentes. Os ganhos equivalentes são o princípio, de que todos os jogadores dividem igualmente o *payoff* extra gerado pela cooperação. Esse conceito é explorado por Myerson (1991) com o conceito de contribuições balanceadas, no qual o *payoff* extra para um jogador j pela presença do jogador i deve ser equivalente ao caso reverso. Formalmente, as contribuições balanceadas são definidas por:

$$\Delta^j Sh_i[\varphi] = \Delta^i Sh_j[\varphi] \quad (10)$$

Myerson nota que existe apenas uma solução de alocação de *payoffs* que mantenha os princípios de contribuições balanceadas e de eficiência e essa solução é exatamente o Valor de Shapley. Dessa forma, segundo Algaba, Fragnelli e Sánchez-Soriano (2019), o Valor de Shapley é um *benchmark* de justiça, pois divide o *payoff* conforme o que cada jogador traz de benefício à coalizão.

2.4 - Índice de Poder de Shapley-Shubik

O valor de Shapley possui uma ampla utilização na esfera da análise política, em particular na análise de coalizões em sistemas de votos ponderados comumente utilizados em casas legislativas como forma de balancear as desigualdades regionais presentes nas nações. Uma das primeiras análises feitas sobre o tema parte de Shapley e Shubik (1954) em uma análise geral do valor *a priori* de um jogador em um processo de votação legislativa. O Índice de Poder de Shapley-Shubik, como ficou conhecido, analisa as coalizões de maneira sequencial, buscando em cada uma das permutações qual é o jogador pivotal, o jogador cujo voto define a vitória da coalizão. Matematicamente, podemos definir o Índice de Shapley-Shubik (SSI) de qualquer jogador como:

$$SSI_i = \frac{k_i}{n!} \quad (12)$$

onde n é o número de jogadores presentes no jogo em questão e k_i é o número de vezes que o jogador i atua como *carrier* da grande coalizão.

Importante frisar que o Índice de Shapley-Shubik não passa de um caso particular do Valor de Shapley para votações. Esse índice tem grande valor pela simplicidade lógica e por não se valer de meta conhecimento dos agentes para definir a formação de coalizões, como outros índices de poder posteriores, conforme afirma Przybyła-Kasperek (2021). A vantagem

de índices de poder é a capacidade de demonstrar a discrepância entre o poder de voto real de um jogador e seu tamanho/número de votos.

O exemplo de jogos de votação utilizado por Leite (2022) é estruturado da seguinte forma. Supomos a existência de um parlamento com 100 integrantes, cujas votações são definidas por maioria simples (51 votos necessários para aprovar ou rejeitar uma lei) e não existe a possibilidade de voto nulo; a possibilidade de voto nulo e suas implicações são exploradas por Parker (2012). As relações exatas de influência e poder entre jogadores em jogos ternários de votação, terminologia adotada para os casos com existência de abstenção, escapam do escopo deste trabalho, mas é suficiente afirmar que, segundo o autor que se baseia no trabalho de Felsenthal e Machover (1997), que as relações de Valor de Shapley e o Índice de Shapley-Shubik permanecem suficientemente inalteradas.

Este parlamento conta com 3 jogadores: Partido A (48 integrantes), Partido B (48 integrantes) e o Partido C (4 integrantes). Nenhum dos partidos é capaz de individualmente determinar as votações e, portanto, deve formar coalizão para aprovar alguma legislação. Dentro dessas condições temos que:

Tabela 1 -

$\langle A, \underline{B}, C \rangle$	$\langle B, \underline{A}, C \rangle$	$\langle C, \underline{B}, A \rangle$
$\langle A, \underline{C}, B \rangle$	$\langle B, \underline{C}, A \rangle$	$\langle C, \underline{A}, B \rangle$

$$SSI_A = \frac{k_A}{n!} = \frac{2}{3!} = \frac{1}{3} \quad (8)$$

$$SSI_B = \frac{k_B}{n!} = \frac{2}{3!} = \frac{1}{3} \quad (9)$$

$$SSI_C = \frac{k_C}{n!} = \frac{2}{3!} = \frac{1}{3} \quad (10)$$

$$SSI_A = SSI_B = SSI_C = 0,33 \quad (11)$$

Podemos também resolver a mesma situação pelo cálculo do valor de Shapley pelas seguintes equações:

$$\begin{aligned} Sh_1(v) &= (0!2!)/3! \times [v(\{1\}) - v(0)] + (1!1!)/3! \times [v(\{1,2\}) - v(\{2\})] + (1!1!)/3! \\ &\times [v(\{1,3\}) - v(\{3\})] + 2!0!/3! \times [v(\{1,2,3\}) - v(\{2,3\})] = 2/6 \times 0 + 1/6 \times 1 + 1/6 \\ &\times 1 + 2/6 \times 0 = 1/3 = 0,33 \end{aligned} \quad (12)$$

$$\begin{aligned} Sh_2(v) &= (0!2!)/3! \times [v(\{2\}) - v(0)] + (1!1!)/3! \times [v(\{1,2\}) - v(\{1\})] + (1!1!)/3! \\ &\times [v(\{2,3\}) - v(\{3\})] + 2!0!3! \times [v(\{1,2,3\}) - v(\{1,3\})] = 2/6 \times 0 + 1/6 \times 1 + 1/6 \\ &\times 2 + 2/6 \times 0 = 0,33 \end{aligned} \quad (13)$$

$$\begin{aligned} Sh_3(v) &= (0!2!)/3! \times [v(\{3\}) - v(0)] + (1!1!)/3! \times [v(\{1,3\}) - v(\{1\})] + (1!1!)/3! \\ &\times [v(\{2,3\}) - v(\{2\})] + 2!0!3! \times [v(\{1,2,3\}) - v(\{1,2\})] = 2/6 \times 0 + 1/6 \times 1 + 1/6 \\ &\times 2 + 2/6 \times 0 = 0,33 \end{aligned} \quad (14)$$

Nota-se que apesar da diferença considerável no número de integrantes, todos os partidos possuem o mesmo Valor de Shapley, ou o mesmo peso de decisão, já que qualquer coalizão de pelo menos dois partidos é capaz de determinar uma votação. Leite ainda ressalva que essa situação poderia ser particularmente vantajosa para o Partido C caso os partidos A e B fossem rivais políticos, pois buscariam o apoio do Partido C, aumentando seu poder efetivo. Leite também explora como uma alteração de regras de votação, no caso uma mudança de maioria simples para 2/3 necessários para a aprovação de leis, altera completamente a distribuição de poder. Nessa segunda situação, os Partidos A e B dividem igualmente o poder e o Partido C torna-se irrelevante, o jogador *dummy*.

O poder de voto responde diretamente às regras de votação existentes. Questões como o quórum necessário, número mínimo de participantes necessários para validação da votação são todos fatores que afetam o poder de voto dos participantes. Um exemplo desse efeito pode ser encontrado no Conselho Europeu; formado por representantes de todos os países da União Europeia votando em propostas que afetam o bloco como um todo. O Conselho possui algumas formas de votação²: votação por maioria simples, maioria qualificada e por unanimidade. No primeiro caso, a maioria (51% ou 14) dos países-membros devem votar a favor da proposta para sua aprovação, na segunda, não só 55% dos membros devem aprovar a proposta, essa aprovação deve conter em seus membros pelo menos 65% da população da União Europeia. A última, mais simples, deve ser aprovada por todos os integrantes do Conselho.

O foco de análise aqui será para as duas primeiras formas de votação. O primeiro método confere aos participantes pesos iguais, o que naturalmente faz com que países de menor população tenham um poder proporcionalmente maior e desestimula a entrada de novos membros, já que quanto maior o número de membros votantes, mais diluído será o poder de voto individual. A segunda forma valoriza os países mais populosos, lhes conferindo um peso maior na votação. Esse maior peso é contrabalanceado pela restrição que 55% dos membros devem aprovar a proposta, impedindo que os grandes eixos econômicos e populacionais como

² <https://www.consilium.europa.eu/en/council-eu/voting-system/>

França e Alemanha possam ditatorialmente aprovar medidas que considerem mais vantajosas, porém lhes conferem a possibilidade de que atuam como uma “minorias vetante” como mostra Nedergaard (2007). Esse sistema de divisão de votos, conhecido como sistema Penrose, valoriza a entrada de novos membros na União, pois como mostram Zyczkowski, e Slomczynski (2012) a quota ideal (q_*) para manter a igualdade entre os membros é inversamente proporcional à quantidade de membros, seguindo a seguinte regra:

$$q_* \approx \frac{1}{2} + \sqrt{\pi M} \quad (15)$$

Na qual M é o número de membros do corpo votante.

2.5 - Utilização de Valor de Shapley como análise de poder político

O caso específico do sistema legislativo brasileiro foi explorado por diversos autores. Novaes e Rosenblatt (1991) realizam uma primeira análise sobre a distribuição de poder dos blocos regionais, especificamente na busca de responder a dúvida se a alocação de recursos estava sendo distorcida por uma “representação indevida” de regiões como Norte e Nordeste; amplamente criticadas pela mídia por terem alocações desproporcionais ao retorno tributário que ofereceram. Os autores fazem nova análise em 1993 com a criação de novos estados e da representação política do Distrito Federal como atualização dos índices de poder. Em ambos os casos os autores afirmam que não há provas o suficiente para afirmar que de fato há sobre-representação

Uma análise de maior capilaridade é feita por Masili (2013) com os índices de poder analisados por partido e por bloco ideológico, demonstrando a preponderância de poder de voto do bloco do “Centrão”. Esse bloco formado por PP, PL, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS e AVANTE, de mais de 2/3 do poder de votação da Câmara dos Deputados e do bloco ideológico da Direita Moderada de 1/2 do poder de voto.

3.0 - Estruturação das Bancadas Temáticas

As bancadas são agremiações de deputados e/ou senadores pertencentes a múltiplos partidos que buscam, pela similaridade de suas bases ideológicas e projetos políticos, aprovação de medidas que beneficiem tais projetos. Formalmente, são chamadas de frentes parlamentares e os termos frentes parlamentares e bancadas temáticas serão tidos como sinônimos.

Elas possuem sua criação e funcionamento determinados pelo AM nº 69/2005; que define necessária a assinatura de ao menos um terço dos integrantes do Poder Legislativo Federal para que a mesma seja instaurada, sem restrições do tema a ser debatido. Nota-se que

a formalização das bancadas acontece apenas no âmbito da Câmara dos Deputados; elas atuam de forma totalmente informal no Senado. A publicação do AM 69/2005 objetivou um controle na criação de frentes parlamentares, ao impor a necessidade de signatários em grande quantidade e limitando a possibilidade de as frentes fazerem uso de recursos da Câmara para suas atividades.

A criação de bancadas é utilizada como uma ferramenta política dupla: possui capacidade de unir esforço parlamentar em torno de questões amplas (e.g. Bancada Ruralista, Evangélica, Empresarial) e permitem uma mobilização em torno de questões que normalmente não mobilizariam as agendas partidárias tradicionais. Analisados pela ótica da Ciência Política, é notável, como afirma Sousa (2017), que o fenômeno das frentes é necessário para o novo ambiente político pós-redemocratização ao facilitar o processo de especialização dos parlamentares em temas de interesse e institucionalizar o processo de aproximação de movimentos sociais e do chamado terceiro setor na arena legislativa.

É interessante observar que o processo de criação das frentes segue em partes alinhamentos ideológico-partidários pré-existentes. Coradini (2010) aponta que em grande parte frentes focadas questões culturais e morais são criadas e organizadas por parlamentares associados a partidos de esquerda, enquanto questões econômicas encontram nos parlamentares orientados para a direita o mesmo interesse.

A existência de frentes parlamentares suprapartidárias não é um fenômeno novo na política brasileira, mesmo que sua maturidade tenha se realizado apenas após a redemocratização. A gênese das bancadas parlamentares como agentes suprapartidários efetivos pode ser traçada na Frente Parlamentar Nacionalista, criada em 1956 no Governo João Goulart. Tal frente tinha uma visão nacionalista de controle da atuação do capital estrangeiro em território nacional, buscando regulamentar remessas de lucro para o exterior e estatizar a exploração de recursos naturais; agindo sempre em denúncia do imperialismo euro-americano.

O período ditatorial entre 1964 e 1985 é marcado por uma interrupção do processo, graças ao controle militar da Câmara e o foco da então oposição em uma restauração do sistema democrático. As bancadas voltam a ter peso durante a Assembleia Nacional Constituinte, na qual temos as bases para o que Abranches (1988) e mais tarde Figueiredo e Limongi (2001) definem como o presidencialismo de coalizão: análise na qual se considera o Poder Executivo relativamente forte e dotado de grandes poderes, mas que depende de alianças políticas com os partidos para montar base de apoio capaz de lhe conceder governabilidade. Há uma ênfase na disciplina partidária, força dos líderes partidários em conduzir os votos de seus partidos e a importância das agendas legislativas.

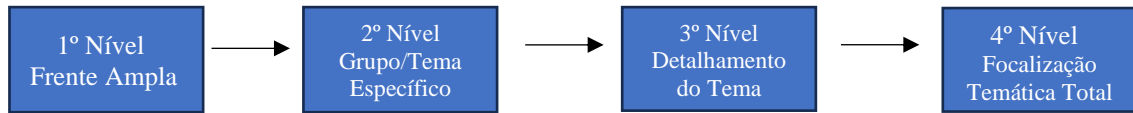
É também na Assembleia Nacional Constituinte que se formam os algumas das bancadas mais antigas ainda em funcionamento. Pinheiro (2010) destaca que o “Centrão”, a Bancada Feminina, a Bancada Evangélica e a Bancada Ruralista traçam suas origens para esse momento. A partir de então as bancadas começam a ter uma atuação cada vez mais crescente no cenário nacional: Pinheiro (2010) destaca que o fenômeno se consolidou de tal forma que pode ser encontrada já nas esferas estadual e municipal do Legislativo. As frentes regionais e federais criam uma via de articulação dupla na qual a primeira se mobiliza para trazer para o campo federal as discussões de menor escopo e em troca obtém acesso indireto ao poderio fiscal da União e as frentes federais ganham, por sua vez, reforço na sua legitimação junto à sociedade em geral. Esse processo geralmente se dá pela subdivisão temática das bancadas de forma a atingir grupos específicos.

O recente interesse da academia sobre as frentes parlamentares faz com que a tipologia das mesmas não esteja ainda plenamente definida, com vários autores procurando produzir suas análises sobre o tema. Uma dupla de autores que sugere uma tipologia de análise, e a qual usaremos ao descrever os integrantes da Bancada “BBB”, é Araújo e Silva (2016). Os autores descrevem uma tipologia das bancadas temáticas por três categorias: Natureza de atuação; abrangência e origem.

A categoria de natureza de atuação é marcada pelo comportamento da frente se aproximar mais do comportamento de *lobby* ou de *advocacy*. O termo *advocacy* é usado pelos autores para descrever movimentos que abraçam causas socioeconômicas e culturais amplas, buscando gerar canais de comunicação e debate diretos entre comunidades de apoio aos grupos e tomadores de decisão nas esferas governamentais; moldando a percepção pública sobre o tema. O *lobby*, por sua vez, é a ação individualizada de grupos de interesse em locais de decisão (ministérios, câmaras legislativas e comissões) e em projetos de lei e/ou textos normativos que afetem diretamente os interesses do grupo em questão. O foco é uma mudança legislativa específica. A tendência maior de uma bancada de utilizar de ferramentas de *advocacy* ou *lobby* determina então sua natureza de atuação.

A segunda categoria é a de abrangência e representa o quão aberto é o tema que a frente se propõe a debater; representando um maior alcance de grupos sociais. O fenômeno de segmentação também é contemplado na análise: diversas frentes surgem a partir da segmentação temática de frentes mais abrangentes, focando seus esforços em temas e/ou populações mais específicas. A abrangência de uma frente pode se alterar conforme seu desenvolvimento. O processo de segmentação obedeceria, segundo os autores, a seguinte estrutura:

Figura 1 - Estruturação de Segmentação de Frentes Parlamentares



Fonte: Elaboração própria

A terceira categorização para as bancadas é em a relação sua origem. As frentes podem ter origem de setores da sociedade que, observando a necessidade de aumento de representação junto à esfera de decisão, se aproximam de legisladores; ou podem ser uma iniciativa dos próprios parlamentares que buscam aproximação com grupos de interesse e/ou pouco representados no Congresso. Essas duas origens são, respectivamente as exógenas e endógenas. O grande fator da origem é qual agente (sociedade ou parlamentar) está atuando como polo ativo na formação inicial.

3.1 – Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

A Frente Parlamentar da Agropecuária é uma das mais antigas e bem consolidadas bancadas temáticas em ação no Congresso atualmente. Originalmente constituída entre 1987 e 1988 durante a Assembleia Constituinte, era uma agremiação informal de deputados e senadores que buscavam influenciar o texto da Constituição de forma a defender os interesses dos proprietários de terra, então utilizando o nome de Frente Ampla Ruralista. A partir de 1995, a bancada é institucionalizada e passa a existir formalmente desde então.

Um ponto de interesse sobre a FPA é a mudança no seu escopo de ação com o tempo. Inicialmente, como nos mostra Silva (2014), a bancada atuava como uma Frente Ampla (1º Nível de segmentação) ao reunir tanto interesses de grandes proprietários e latifundiários exportadores como grupos de pequenos produtores que enfatizavam a necessidade de reforma agrária e o uso social da terra. Esse nível de desorganização inicial fazia com que a bancada tivesse um papel meramente reativo, com agenda difusa e majoritariamente negativa a propostas já apresentadas. O processo de institucionalização gerou uma restrição temática que à aproximou de um 2º Nível de segmentação: a FPA agora era composta por representantes do agronegócio exportador e grandes latifundiários; tornando-se assim um foro propositivo de legislação que defendesse os interesses dessa classe.

A FPA pode ser considerada uma frente de *lobby*, pois seu foco é atuar especificamente na construção legislativa que favoreça os interesses do grande produtor rural brasileiro. Entre as diversas pautas defendidas pela bancada, podemos pontuar:

- Manutenção e possível expansão de programas de subsídios para produção agrícola;
- Supremacia do direito de propriedade privada rural contra ações de reforma agrária;
- Oposição de medidas de controle à expansão rural;
- Aumento de limites legais de desmatamento e anistia para fazendeiros autuados por quebrarem com tais limites;

O grau de organização institucional da FPA é particularmente impressionante. A bancada possui diversos canais de comunicação com a sociedade em geral, com destaque para o Instituto Pensar Agropecuária (IPA). O IPA foi criado em 2011 e tem como missão explícita, exposta em seu site, “defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por meio do acordo de cooperação técnica.”.

O instituto é responsável por produzir materiais de atuação da FPA nas três esferas de poder, bem como realiza pesquisas de opinião e propaganda do setor agro junto à população - há um histórico desconexo entre as pautas defendidas pelo setor agropecuário e a sociedade em geral. O IPA também atua como uma ferramenta da FPA para transpor as limitações orçamentárias impostas pelo AM 69/2005, operacionalizando gastos de pesquisa e apoio jurídico em uma entidade separada.

O contingente de parlamentares que fazem parte da FPA é interessante de ser analisado com mais atenção. O levantamento da DIAP traz números da bancada desde a 53ª Legislatura (2007-2011), quando houve a institucionalização da bancada. Inicialmente seus números podem parecer questionáveis: 32 membros na 53ª Legislatura (23 Deputados Federais e 9 Senadores), 160 na 54ª (152 Deputados Federais e 18 Senadores), 126 na 55ª (109 Deputados Federais e 17 Senadores), 107 na 56ª (80 Deputados Federais e 27 Senadores) e 81 na 57ª (57 Deputados Federais e 24 Senadores).

O número de integrantes da FPA é enganador. A bancada conta com diversos parlamentares de carreira e experientes, bem como comanda comissões de grande importância como Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural (CAPADR); Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (CMADS). A combinação desses fatores permite uma imensa capacidade de articulação política à FPA.

3.2 – Frente Parlamentar Evangélica

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é a bancada que, paradoxalmente ao pensamento político hegemônico do século XX, representa abertamente os anseios e objetivos políticos de um grupo que tradicionalmente manteve-se afastado da política por entendê-la como uma extensão “mundana” a qual não competia a igreja, instituição para o salvamento espiritual, atuar diretamente. Formado por parlamentares que confessão cristã evangélica, diversos também pastores e pastoras, a bancada existe informalmente desde a Assembleia Constituinte de 1988.

A frente existiu em um estado de total informalidade, na qual seus integrantes nem se viam como uma bancada unificada, até a 52ª Legislatura (2003-2006), quando parlamentares lançaram oficialmente a FPE como uma frente, mesmo que sua regularização junto à Câmara dos Deputados tenha se concretizado apenas na 54ª Legislatura (2015-2018). Um ponto de interesse nesse período entre a formação da FPE e sua formalização é o movimento crescente da bancada atuar como um polo ativo dos partidos conservadores e alinhados à direita. Inicialmente formada por parlamentares de diversos partidos, a presença de partidos mais alinhados à esquerda (PSC, SD) foi diminuindo gradualmente e partidos declaradamente conservadores (PL, Republicanos) tomaram a bancada para si.

A ideologia da FPE é conservadora e utiliza do que autores como Dantas (2011) chamam de “instrumentalização política da religião”. Questões morais pessoais e ligadas à fé particular tornaram-se palanque de debate e via de legitimação para a capacidade de gestão pública de um candidato a qualquer cargo parlamentar ou executivo. O autor denota que a prevalência de questões como “opinião sobre o aborto”, “opinião sobre liberalização de drogas” e etc.; amplamente presentes nos últimos debates de períodos eleitorais, tornaram-se ponto de contenção maior que projetos de governo.

O fenômeno é aproveitado pelos parlamentares que, na ausência de reconhecimento do eleitorado com o projeto de governo evangélico, usam da solidificada visão popular, demonstrada por Prandi e Santos (2017), que a aderência a uma religião de matriz cristã tornaria um indivíduo não apenas mais confiável como inerentemente bom. As denominações neopentecostais, majoritárias dentro da bancada evangélica, quebram com a noção do pentecostalismo clássico que colocava a religião no papel de bem objetivo e a vida política como um local de vício, deturpação moral e corrupção. A inserção política passa a fazer parte

da “obra de Deus”: inserindo valores cristãos dentro da política, os crentes seriam capazes de “redimir” a esfera política em torno de um projeto de sociedade. Utilizando desse fenômeno, podemos afirmar que algumas das pautas defendidas pela FPE são:

- Oposição a direitos da comunidade LGBTQIA+;
- Proibição do aborto e pesquisa de células-tronco em todas as suas formas;
- Proibição da legalização de drogas e outras substâncias e atos que “atentem contra a moral cristã”;
- Manutenção de legislatura que valorize a “família tradicional brasileira”, oposição ao divórcio e infidelidade conjugal.

O levantamento da DIAP traz números da bancada desde a 52ª Legislatura (2003-2007) demonstram um amplo crescimento e consolidação da bancada: 19 membros na 52ª Legislatura (18 Deputados Federais e 1 Senadores), 40 na 53ª (36 Deputados Federais e 4 Senadores), 73 na 54ª (36 Deputados Federais e 4 Senadores), 60 na 55ª (57 Deputados Federais e 3 Senadores), 92 na 56ª (85 Deputados Federais e 7 Senadores) e 85 na 57ª (73 Deputados Federais e 12 Senadores). Um fenômeno interessante da bancada evangélica, em comparação à ruralista, é sua concentração na Câmara dos Deputados, cuja entrada possui idade mínima menor que o Senado e é mais acessível a *outsiders* políticos.

É importante salientar que a bancada evangélica não representa de forma consolidada todas as denominações protestantes ou mesmo pentecostais do Brasil. Desde o início, com os escândalos de corrupção da Confederação Evangélica do Brasil, e a transformação do modelo de candidatura evangélica para o que Dantas (2011) identifica com “iurdiana” com o sucesso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) a partir de 1990, não agradaram parte dos evangélicos brasileiros. O uso de um discurso de auto-exclusão política (“política é coisa do diabo”) foi deprecado em favor do voto intrainstitucional (“irmão vota em irmão”); as igrejas passaram a concentrar esforços e apoiar formalmente candidatos, muitos deles parte da alta cúpula eclesiástica, e consolidaram-se como força política.

A FPE é uma bancada extremamente vocal em suas demandas, utilizando-se do aparato midiático das próprias igrejas como alicerce – e que ajuda a preservar ao fortemente defender as concessões de rádio e televisão – para mobilizar setores da população a favor de pautas defendem, sejam no âmbito do Executivo e do Legislativo. Dois casos são bastantes emblemáticos e representam a capacidade de articulação popular do grupo: o caso do “*kit gay*” e do Projeto de Lei nº 122/06. O primeiro, inicialmente programa do MEC intitulado “Escola

sem homofobia”, criado em 2011 para promover o debate de garantias dos direitos humanos e respeito à orientação sexual e identidade de gênero, foi metamorfoseada pela bancada e a mídia aliada em um “*kit* de promoção e apologia ao homossexualismo”. Inúmeros protestos e marchas foram convocados em repúdio ao projeto, gerando pressão suficiente para que no mesmo ano o projeto fosse abandonado.

A PL 122/06, que buscava equiparar criminalmente homofobia ao racismo e torná-lo um crime imprescritível e inafiançável, foi amplamente oposta pela bancada, que contava com o apoio de fortes figuras do meio evangélico como Silas Malafaia, em nome de uma suposta “preservação da família tradicional brasileira”. A bancada obteve bastante apoio popular, com abaixo-assinado com mais de 1 milhão de assinantes e manifestação com cerca de 25 mil integrantes em 01/07/2011 como demonstração aberta de força contra o projeto.

3.3 – Frente Parlamentar da Segurança

A Frente Parlamentar da Segurança (FPS), também conhecida como Bancada da Bala, reúne parlamentares com foco em medidas de segurança pública pela perspectiva de ampliação do poder punitivo estatal e controle social e que, em sua maioria, são egressos de alguma força de segurança pública. Como define Faganello (2017):

“[...] a Bancada da Bala se qualifica pelo conjunto de atores políticos que representam institucionalmente uma série de ideias e atitudes que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical, para os quais medidas repressivas e emergenciais deveriam ser tomadas e legitimadas politicamente.”

Associa-se a esse pensamento securitizador a ideia de flexibilização do porte de armas também cresceu dentro da bancada, particularmente como um desdobramento do problema da segurança pública que os indivíduos podem “garantir sua segurança e de suas famílias” através do porte de armas. Resumidamente, algumas das propostas defendidas pela bancada são:

- Flexibilização do porte de armas e desconstrução do Estatuto do Desarmamento;
- Aumento do financiamento das forças de segurança e aumentando o escopo de excludente de ilicitude em operações policiais;
- Contra a desmilitarização da polícia e projetos de aumento do controle de auditoria da sociedade civil sobre as polícias;
- Aumento de penas para crimes hediondos e recrudescimento das penas para crimes de menor potencial ofensivo;

- Redução da maioria penal.

O apoio pouco velado da frente às forças de segurança garantiu que a categoria se tornasse um reduto tradicional do grupo, fomentando que outras figuras egressas das corporações, especialmente indivíduos de maior patente viessem a se candidatar e integrar a bancada – quebrando a tradição pós-redemocratização de afastamento de oficiais de carreira da esfera política tradicional. Há também um certo cisma dentro da própria bancada, como nos mostra Faganello (2017), em uma ala extremista, defendendo o confronto direto de policiais com os ditos “vagabundos” sob a máxima de “bandido bom é bandido morto” e que fazem intenso uso das redes sociais para difundir as mensagens, e a ala moderada, que concentra seus esforços na parte legislativa ao criar resguardos para os agentes de segurança como o Projeto de Lei nº 19/2015, para tornar crime hediondo o assassinato de policiais, integrantes das Forças Armadas e do Sistema Prisional enquanto no exercício dos cargos ou por decorrência dos mesmos. O PL 19/2015 contou não só com amplo apoio da bancada da bala, como teve forte apoio da bancada evangélica; demonstrando a íntima relação entre ambas.

O levantamento da DIAP traz números da bancada desde a 52ª Legislatura (2003-2007) demonstram um padrão interessante. O número de parlamentares mantém-se estável até a ascensão da figura de Jair Bolsonaro, histórico integrante da bancada e efusivo defensor de suas causas, no pleito da 56ª Legislatura. A partir de então, seus números explodem para rivalizar o tamanho da bancada evangélica. O levantamento da DIAP mostra que a bancada contava com 7 membros na 52ª Legislatura (6 Deputados Federais e 1 Senador), 7 na 53ª (6 Deputados Federais e 1 Senador), 4 na 54ª (4 Deputados Federais e 0 Senadores), 22 na 55ª (22 Deputados Federais e 0 Senadores), 70 na 56ª (61 Deputados Federais e 9 Senadores) e 66 na 57ª (56 Deputados Federais e 10 Senadores).

3.4 – Características da Bancada BBB

As frentes em foco neste trabalho são as da Agropecuária (FPA), Evangélica (FPE) e da Segurança (FPS); três das mais bem estabelecidas e influentes bancadas em atividade atualmente. As três já foram descritas como uma grande bancada; a Bancada BBB (Boi, Bala, Bíblia); e tiveram papel crucial em momentos como o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro em 2017. Sua presença e ação foram responsáveis também pela aprovação da Reforma da Previdência de 2019; pela aprovação da PEC 215/2000 que transfere para o Congresso a responsabilidade de demarcação de terras indígenas e quilombolas; e mais recentemente serem responsáveis por grande parte da pressão para

manutenção de desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia. A atuação conjunta das diferentes frentes, antes e depois de suas respectivas formalizações com o Congresso, mostra que existem grandes similaridades na composição e projeto ideológico das bancadas.

A composição das três bancadas é um tópico de particular interesse. Carvalho (2020) faz um estudo sobre o perfil dos parlamentares que participam dessas frentes.³ A autora mostra em seu estudo algumas características interessantes dos parlamentares: A imensa maioria dos parlamentares que compõem essas bancadas são homens⁴, na faixa etária de 41 a 60 anos. Em todas as três bancadas, a relação da profissão exercida pelo parlamentar não é um indicador forte para a participação em uma das bancadas. Na esfera econômica, por mais que as diferenças sejam mais profundas nesse caso, as três bancadas são de um viés mais liberal econômico, tal como define Moll (apud LIMA; HYPOLITO, 2019).

As múltiplas similaridades fazem com que vários parlamentares participem de mais de uma das bancadas simultaneamente, reforçando a tese que as bancadas individuais podem formar uma grande frente conservadora. Considerando a 57ª Legislatura, os parlamentares que participam de mais de uma bancada estão presentes no anexo E.

3.5 – Opositores Ideológicos da Bancada BBB

A Bancada BBB tem um caráter socioeconômico bastante característico, aliado à efusividade de defesa e ação de seus integrantes, encontra forte oposição de setores mais progressivos da sociedade e dentro do Congresso. Diversos movimentos sociais, nominalmente os feministas, indígenas e quilombolas, fazem frente aos projetos conservadores sociais que a bancada apoia. Casos como a votação do Marco Temporal⁵, o Projeto de Lei que proíbe a união homoafetiva⁶ e a tentativa de desmonte do Estatuto do Desarmamento, proposta essa que foi rechaçada pela comunidade acadêmica nacional e internacional e até mesmo representantes de secretarias de segurança e agentes de segurança⁷. As tentativas de passar o projeto de governo ultraconservador estende-se também à Educação, já que a bancada como um todo foi signatária

³ A base utilizada pela autora refere-se ao período 2011-2014 quando a FPE ainda não estava formalizada. A autora reafirma que a atuação da bancada já era organizada o suficiente para que a consideramos uma frente neste trabalho.

⁴ A presença feminina na Bancada BBB é de 10%.

⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/bancada-ruralista-promete-derrubar-veto-ao-marco-temporal-indigenas-reagem-e-convocam-mobilizacao>

⁶ <https://www.jb.com.br/brasil/direitos-humanos/2023/10/1046526-comissao-da-familia-aprova-proibicao-do-casamento-homoafetivo.html>

⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/25/politica/1451073160_565712.html

de manifesto contra o documento-referência da Conae 2024, que se opunha às políticas de caráter neoliberal encabeçado pelo Governo Bolsonaro.

O âmbito econômico também é outra esfera na qual a bancada BBB tem atritos com demais bancadas. O caráter neoliberal da bancada BBB como um todo faz com que diversos grupos sindicais e partidários associados à esquerda. Um dos principais oponentes ideológicos da bancada BBB nessa esfera é a bancada sindical, formada por parlamentares que defendem a plataforma sindical e a representantes da esquerda. Eles foram os principais opositores às Reformas Trabalhista e Previdenciária, encabeçadas pelo Governo Temer e apoiada pela bancada BBB⁸⁹.

Estabelecemos então a bancada opositora à BBB, que podemos chamar então de oposição progressista, formada pelas bancadas indígena, sindical e feminina. Dada a histórica oposição desses grupos às propostas conservadoras, é razoável que votariam como um bloco conciso, à exceção de parlamentares que participem dessas bancadas e de alguma das bancadas conservadoras e, dado seu histórico partidário e político, venham a se aproximar mais das pautas da bancada BBB. A relação de parlamentares de oposição está no Anexo D

4- Emendas Parlamentares e atuação da Bancada BBB

Um dos pontos de mudança política dos anos 2010 que foi amplamente coberto pela mídia juntamente com a ascensão do poder político das bancadas parlamentares foram as emendas parlamentares. Apesar de não serem um mecanismo legislativo e fiscal, a Constituição de 1988 já prevê sua existência, a figura do chamado “Orçamento Secreto” dos governos Temer (2014-2017) e Bolsonaro (2018-2022) trouxe a discussão das emendas parlamentares para o centro das análises políticas e fiscais.

Emendas Parlamentares são ajustes feitos por parlamentares à lei orçamentária, sejam eles aditivos, subtrativos ou apenas modificadores, baseadas na Proposta de Lei Orçamentária enviada pelo Poder Executivo. São uma ferramenta que permite ao Poder Legislativo um controle e influência maiores sobre a execução da política orçamentária do país devido a seu caráter anual. As emendas funcionam sob o princípio de equilíbrio contábil: todas as despesas adicionais devem possuir uma fonte declarada dos recursos ou devem indicar a supressão de outras despesas de mesmo valor. Emendas parlamentares existem em alguns tipos:

⁸<https://landportal.org/pt/blog-post/2021/02/reforma-trabalhista-no-campo-e-suas-consequ%C3%Aancias-para-o-trabalhador-rural-brasil>

⁹ <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/91647-congresso-resistencia-a-agenda-do-movimento-sindical>

- Emendas Individuais: Emendas de proposição individual dos parlamentares. São dotadas de liberdade para destinação à projetos federais, estados e/ou municípios; porém devem em sua totalidade ser pelo menos 50% destinadas a projetos da área de saúde. Limitadas a 25 por parlamentar.
- Emendas de Bancada: Emendas coletivas feitas pelas bancadas regionais e/ou estaduais. São atreladas aos gastos de emendas individuais.
- Emenda de Comissão: Emendas propostas pelas comissões técnicas permanentes da Câmara e Senado, bem como as mistas.
- Emendas de Relator: Emendas de uso exclusivo para o parlamentar (deputado federal ou senador) responsável pelo parecer final do orçamento. São determinadas com o propósito de corrigir erros ou omissões em demais emendas propostas; recompor dotações canceladas para atender a pareceres de comissões.
- Emendas Estaduais: Emendas de âmbito estadual, dentro de seus próprios orçamentos e sob responsabilidade agora dos Deputados Estaduais. São de menor importância relativa, devido ao montante e abrangência muito superiores que as emendas federais possuem.

O aumento de importância das emendas parlamentares ocorreu por conta das sucessivas restrições à capacidade do Executivo de realizar política orçamentária, nominalmente o Teto de Gastos do Governo Federal, e as mudanças do arcabouço jurídico para expandir o escopo e volume das emendas. Algumas dessas mudanças merecem uma atenção detalhada:

- I. EC 86/2015 – Cria a figura das emendas impositivas, ao reservar parte da receita corrente líquida da União (1,2%) para as emendas parlamentares individuais. Esse processo faz com que parte das negociações nem sempre transparentes entre o Executivo e Legislativo desapareçam.
- II. EC 100/2019 – Amplia o status de emendas impositivas para a figura das emendas de bancada.
- III. EC 109/2019 – Permite que emendas individuais façam transferência de recursos federais diretamente para estados e municípios, mesmo que não exista um projeto específico associado.
- IV. LDO 2020 – Aumentou os poderes de emendas ao recriar a figura da emenda do relator.

- V. LDO 2021 – Ampliou os poderes das emendas do relator ao lhes conceder o mesmo status conferido às emendas individuais pela EC 109/2019.

Essa série de mudanças trouxe impactos severos para a dotação e rumos orçamentários brasileiros. Inicialmente, como apontam Hartung, Mendes e Giambiagi (2021), o orçamento federal passou a ter uma transparência muito reduzida e foi efetivamente cooptado por interesses paroquiais e regionais; interesses esses que muitas vezes não atendem interesses de bem-estar nacional e são de difícil rastreabilidade. O caso das emendas do relator, cuja transparência é mínima e foi marcada por escândalos¹⁰, representaram 26% de todo o Orçamento da União para 2021 – mais que as emendas de bancadas e individuais combinadas. Outra questão que se pode levantar é o quanto esse fortalecimento das emendas parlamentares na dotação orçamentária dos membros da Federação afeta a taxa de descentralização dos recursos tributários e como isso afeta o federalismo fiscal do país. Tal taxa de descentralização fiscal é analisada por Resende (2003), que conclui que a descentralização fiscal – medida utilizando dados inter e intrarregionais para momentos antes e pós transferências federais utilizando o índice de entropia de Theil – aumenta pós transferências; algo que o fenômeno das emendas claramente passa a contribuir fortemente.

As bancadas ideológicas podem então atuar por duas frentes na dinâmica das emendas parlamentares: utilizando das emendas individuais e das ementas de comissão. A decisão das ementas de relatores é um processo de difícil análise direta: por dependerem de uma série de negociações políticas de difícil rastreabilidade. Dos relatores-gerais das LDOs do período de 2014 a 2024, apenas 3 - Marcelo Castro (MDB-PI), Marcio Bittar (MDB-AC) e Ricardo Barros (PP-PR) – eram da Bancada BBB, todos originários da Bancada Ruralista.

No quesito das emendas individuais, considerando que todos os parlamentares estão sob as mesmas restrições, nos atentaremos ao montante empenhado e suas destinações. Para o período de 2015 a 2024, parlamentares da bancada BBB tiveram as emendas individuais aprovadas conforme detalhado no Anexos F.

Quando nos voltamos para as emendas de comissão, considerando que são formadas por múltiplos parlamentares de múltiplas vertentes, a análise dos valores aprovados torna-se não tão útil. As comissões possuem suas próprias negociações internas, o que faz com que a presença e composição delas seja mais importante. Uma comissão permanente que seja

¹⁰ Emendas do relator para a LDO de 2021 geraram corte de despesas obrigatórias e mesmo após intensa negociação ainda tiveram a cifra de R\$ 16,9 bilhões.

dominada por parlamentares afiliados à bancada BBB ou uma de suas componentes terá maiores chances de aprovar emendas que sejam favoráveis a seus projetos políticos. Quando tratamos da LDO, uma comissão se destaca como de maior importância: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que elabora estudos e pesquisas que embasam a criação do Orçamento.

5 – Resultados

A análise do poder de voto e da representatividade da Bancada BBB depende, conforme estabelecido no capítulo 2, do número de jogadores, seus pesos e da população que a bancada supostamente está representando. A natureza extremamente plural e fluida da política legislativa torna a definição de números exatos de parlamentares uma tarefa difícil. O mecanismo de quórum para aprovação de um texto nas casas também é de grande importância, visto que diferentes matérias necessitam de quóruns distintos.

Faz-se então necessário estabelecer algumas restrições para que possamos avaliar o poder de voto das bancadas. Estabeleceremos que todas as votações seguirão o princípio de maioria simples: uma coalizão é vencedora na Câmara dos Deputados ao obter 257 votos e vencedora no Senado ao obter 41 votos. A restrição de votos é suficientemente plausível, pois o regimento interno do Senado e da Câmara determina que projetos de lei sejam votados sob essa regra. As Casas do Congresso não impõem restrições adicionais para suas votações, como é o caso do Conselho Europeu, e coalizões de qualquer representação populacional podem aprovar uma lei, portanto apenas é necessário atingir o mínimo de votos.

Outra restrição a ser estabelecida é a de votação em blocos. As frentes parlamentares não dispõem de mecanismos internos para orientação de voto de seus integrantes, tal como os partidos com a Lei 9.096/95 que submete os parlamentares às diretrizes de voto estabelecidas pelos partidos. A fidelidade partidária nesse caso atua como um empecilho para as bancadas, devido ao seu caráter pluripartidário, podendo forçar os parlamentares a votarem em desacordo com os interesses da bancada. De forma a contornar essa restrição e obter o poder de voto máximo das bancadas, os cálculos serão feitos com o número total e máximo de cada bancada, sem espaço para a habitual negociação característica do Legislativo.

A presença de parlamentares que participam de mais de uma bancada cria outro problema na análise, uma vez que os mesmos não podem ser contabilizados duplamente já que possuem apenas um voto. Os parlamentares que participam de múltiplas serão atribuídos uma das bancadas que possuem maior afinidade, conforme sua trajetória política. Os parlamentares de oposição serão submetidos ao mesmo processo. O restante das Casas então será considerado

independente, oferecendo seus votos a quem lhe oferecer maiores vantagens. Esse valor restante será considerado pulverizado, com cada

Dentro do sistema Legislativo brasileiro, o modelo bicameral faz distinção clara entre senadores e deputados federais sobre a quem ou o que representam. Há o entendimento seguro que a Câmara dos Deputados é composta dos representantes do povo e o Senado de representantes dos Estados e de Distrito Federal. Também há uma clara divisão assimétrica de poder dos parlamentares individuais, mesmo que as casas em suas totalidades estejam equilibradas. Devido ao menor número de parlamentares no Senado, o peso de obter um senador para sua bancada é maior que obter um deputado, mas não implica em uma “representação popular”. Essa divisão gera um problema quando buscamos comparar o poder de voto das bancadas com o apoio popular.

A solução será considerar a média dos poderes de voto das bancadas na Câmara e Senado como uma aproximação ponderada do poder de voto total da bancada quando da comparação para a legitimação da bancada com a população em comparação às suas propostas principais.

O cálculo dos poderes de voto dos blocos é realizado utilizando da metodologia do índice de Shapley-Shubik (adaptação do Valor de Shapley para situações de voto no qual há apenas vitória completa ou derrota) Para efeitos de uma explicação mais detalhada, demonstrarei o passo-a-passo realizado para obter os valores de poder de voto de cada, utilizando os dados da Câmara dos Deputados para a 57ª Legislatura. O processo é exatamente o mesmo realizado para todos os períodos e ambas as casas. Primeiramente, obtemos os nºs de votos que cada bancada possui nas respectivas casas.

Tabela 1 – Nº de Votos das Bancadas na Câmara dos Deputados (53ª a 57ª Legislatura)

Nº Parlamentares	Câmara dos Deputados				
	57ª Legislatura	56ª Legislatura	55ª Legislatura	54ª Legislatura	53ª Legislatura
Ruralista	57	80	109	152	23
Evangélica	73	85	57	70	36
Segurança	56	61	22	4	7
Resto da Casa - Independente	235	195	243	198	370
Resto da Casa - Progressista	92	92	82	89	77

Fonte: Dados da DIAP e elaboração própria

Tabela 2 – N° de Votos das Bancadas no Senado (53ª a 57ª Legislatura)

N° Parlamentares	Senado				
	57ª Legislatura	56ª Legislatura	55ª Legislatura	54ª Legislatura	53ª Legislatura
Ruralista	24	27	17	18	9
Evangélica	12	7	3	3	4
Segurança	10	9	0	0	1
Resto da Casa - Independente	18	24	42	43	55
Resto da Casa - Progressista	17	14	19	17	12

Fonte: DIAP e elaboração própria

O princípio do Índice de Shapley-Shubik é o seguinte raciocínio: considerando que os valores obtidos por uma coalizão qualquer em um jogo; as únicas coalizões que importam para cada jogador são aquelas que, ao entrar, permite que atinja o quórum necessário para vencer uma votação, atua como jogador pivotal. O poder de voto de cada jogador é, então, uma função direta do nº de vezes que o jogador é pivotal em relação a todas as combinações possíveis de coalizões que podem ser efetuadas.

O código da linguagem de programação *Python* utilizado para obtenção dos Índices de Shapley-Shubik das bancadas está no Anexo A, comentado para melhor entendimento. Em resumo, temos um código que reproduz a lógica do Valor de Shapley unindo-a com a ideia dos jogadores pivotais. Geramos todas as possíveis coalizões para cada Casa e Legislação, lembrando que a ordem é importante. Para cada jogador temos um índice, que representa quantas vezes ele atua como um jogador pivotal. De posse dos pesos dos jogadores e as coalizões, para cada coalizão, somamos sequencialmente os pesos e apontamos qual jogador foi pivotal, cujo índice aumentamos em 1. De posse do índice total de cada jogador, realizamos o cálculo do SSI pela simples divisão de seu índice com o número total de coalizões.

Os valores obtidos são os seguintes:

**Tabela 3 – Índice de Shapley-Shubik das Bancadas na Câmara dos Deputados
(57^a–53^a Legislaturas)**

Bancadas	Câmara dos Deputados 57 ^a	Câmara dos Deputados 56 ^a	Câmara dos Deputados 55 ^a	Câmara dos Deputados 54 ^a	Câmara dos Deputados 53 ^a
Ruralista	0,112	0,158	0,250	0,377	0,045
Evangélica	0,150	0,171	0,114	0,150	0,073
Segurança	0,110	0,109	0,040	0,006	0,013
Oposição Progressista	0,202	0,190	0,170	0,173	0,175
Independentes	0,425	0,372	0,427	0,295	0,694

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4 – Índice de Shapley-Shubik das Bancadas no Senado (57^a–53^a Legislaturas)

Bancadas	Senado 57 ^a	Senado 56 ^a	Senado 55 ^a	Senado 54 ^a	Senado 53 ^a
Ruralista	0,380	0,442	0,219	0,247	0,120
Evangélica	0,146	0,083	0,036	0,036	0,050
Segurança	0,099	0,113	0,000	0,000	0,012
Oposição Progressista	0,198	0,144	0,263	0,225	0,169
Independentes	0,177	0,219	0,482	0,492	0,649

Fonte: Elaboração Própria

Algumas observações podem ser feitas a partir desses resultados. Primeiramente, O comportamento das casas em quesito de distribuição de poder de voto entre os blocos por período é bastante similar. A Câmara apresenta um caráter um pouco mais equilibrado quando observamos o histórico e os blocos por caráter ideológico. A distribuição de poder dentro da Câmara se torna mais equilibrada a partir da 56^a Legislatura, enquanto o Senado tem essa divisão apenas na 57^a Legislatura.

O caráter ideológico das Casas também é bastante demarcado. Em nenhuma das Legislaturas analisadas na Câmara dos Deputados algum bloco ideológico, considerando aqui a Bancada BBB como a bancada conservadora, tem poder de atuar sem necessidade de negociação com as demais bases. No caso do Senado, temos a partir da 56^a Legislatura,

coincidentalmente o mesmo período que Bolsonaro assumiu a presidência, uma dominância conservadora da casa, já que tem capacidade de definir votações sozinha.

A análise individual das bancadas revela algumas propriedades das frentes. A frente Ruralista se apresenta como uma bancada estabelecida fortemente em ambas as casas, mas com destaque para o Senado, uma casa de mandatos mais longos, entrada mais complexa devido à inexistência de mecanismos como quociente eleitoral ou partidário que estão presentes para eleições de deputados federais e o custo mais elevado de campanha. É inegável que a bancada ruralista apresenta um sucesso eleitoral e político.

A ascensão dessas bancadas e a consolidação marcada da ruralista, bem como uma redução do poder de bancadas mais ideologicamente afastadas desse conservadorismo é bastante condizente com o que aponta Anselmo (2021), que define dentro projeto conservador de poder:

“Entre as principais pautas destacam-se: o combater a união homoafetiva, impedir qualquer tentativa de descriminalização do aborto e da maconha, revogar o Estatuto do Desarmamento, reduzir a maioria penal e acabar com as penas alternativas em substituição à cadeia.”

Quanto à representação da bancada junto à população a situação é mais complexa. Pesquisas de opinião sobre o setor do agronegócio como um todo são raras, mas o público em geral tende a ter uma visão do agronegócio como motor econômico forte do país, conferindo uma posição de relativo prestígio. A pesquisa “Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro” realizada pelo movimento “Todos a Uma Só Voz”, formado por entidades do setor agro, aponta que 65% da população tem visão positiva do setor. Quando entramos em temas mais específicos, a situação muda radicalmente. O caso da demarcação de terras indígenas, tema tradicionalmente oposto pelos ruralistas, foi pesquisado na “Violência e Democracia: Panorama Brasileiro Pré-eleições 2022 Percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia” da RAPS e FBSP identificou que 82% da população apoia a demarcação das terras indígenas.

A frente Evangélica apresenta uma continuidade do poder de voto na Câmara e um estabelecimento de uma base mais sólida no Senado. Esse comportamento é consistente com o crescente número de cidadãos que se declaram como evangélicos; segundo o Censo 2022 a população que professa essa religião atingiu a marca de 22% da população brasileira e tendo o maior crescimento entre todas as religiões. Em termos de apoio específico das pautas defendidas, como o caso de oposição ao aborto e direitos da população LGBTQIA+, tem

respaldo relativo na opinião popular: Pesquisa do PoderData aponta que a união homoafetiva é defendida por 46% da população e contraposta por 41%. A temática do aborto foi estudada pelo Instituto DataSenado no “Panorama Político 2023: Opiniões sobre democracia, sociedade e prioridades do cidadão em um contexto pós-eleitoral”, na qual 58% da população permanece contrária à legalização do aborto.

O crescimento da bancada evangélica é bastante razoável quando consideramos o crescimento da população evangélica no Brasil. A pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da USP; Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019); mostra que apesar do crescimento dessas denominações só ter acelerado a partir dos anos 90, o seu aumento foi o mais vertiginoso de todas as religiões pesquisadas, saindo de 17.033 templos em 1990 para 109.560 em 2019. O crescimento condiz com também com a entrada desse segmento na esfera política, como afirma Dantas (2011). Carvalho (2020) também oferece uma resposta interessante para esse crescimento: entre as três bancadas da BBB, a evangélica é a que mais usa doações de pessoas jurídicas para financiar seus candidatos, utilizando do apoio institucional das igrejas e seu eleitorado cativo para alavancar suas plataformas eleitorais.

A frente da Segurança é a mais recente das três a atingir relevância política e o poder de voto reflete essa dinâmica: A bancada tem presença irrisória em ambas as casas do Legislativo entre 53ª e 55ª Legislaturas, até atingir um crescimento elevado a partir da eleição de 2018, na qual o discurso securitista e punitivista estava com maior força devido à escalada da violência urbana especialmente marcada com o conflito 2016-2017 entre o PCC e CV. A bancada então se consolida e obtém um poder considerável para um *outsider* político. O crescimento da violência e a falta de resposta efetiva do poder público encabeçado pelos setores mais progressistas da esquerda no início dos anos 2000 aparentam ser um dos principais motores de crescimento, criando a sensação de insegurança, particularmente maior nos grandes centros urbanos do Sudeste, que mobiliza a população em torno de candidatos que recrudescam a punição a criminosos. Algo de interesse a se notar é que a região Nordeste, que concentra as 10 cidades com maiores índices de violência no país¹¹, é a região que menos tem adesão de candidatos dessa bancada; o reconhecimento e eleição de candidatos da bancada da bala ocorre principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. A atuação midiática de programas policiais

¹¹ [O que explica o tamanho da 'bancada da bala' no Brasil, um dos países mais violentos do mundo \(terra.com.br\)](https://terra.com.br)

é também apontada como um fator que impede a percepção pública de se afastar da ideia de um crescimento descontrolado e vertiginoso da violência urbana¹².

Quanto às propostas específicas, há um severo desconexo entre a posição da bancada e a opinião pública. O principal projeto defendido pelo grupo, a liberalização da compra, venda e porte de armas de fogo, foi abordada na pesquisa do Instituto DataSenado em 2022; a qual mostrou que a maioria da população (60%) discordam que facilitar o acesso a armas irá aumentar a segurança e que uma liberação de armamento aumentaria a violência doméstica (60%). A população que apoia diretamente essa proposta em ambas as perguntas da pesquisa é de 37% e 38%, respectivamente

É importante salientar algo que a própria pesquisa aponta que os resultados são bastante diferentes quando entramos no espectro ideológico esquerda-direita. Entre os pesquisados que se identificavam como de esquerda, a população que se opõe à liberalização de porta de armas por entender que geraria um aumento da violência doméstica atinge 84% da população, enquanto na população ideologicamente identificada pela direita o percentual é de apenas 34%. Esse resultado aponta que a bancada da segurança é, essencialmente, uma “bancada da direita”.

Dados esses resultados, podemos definir as principais propostas de cada bancada como:

- Ruralista: Oposição à demarcação de terras indígenas e aumento de limites de desmatamento.
- Evangélica: Oposição à união homoafetiva e o direito de aborto.
- Segurança: Desmonte do Estatuto do Desarmamento e flexibilização do porte de armas.

Definidas as principais propostas, temos a seguinte estrutura de apoio popular às bancadas conservadoras:

Tabela 5– Índice de Shapley-Shubik X Apoio popular às Bancadas na 57^a

Legislatura

Bancadas	Índice de Shapley-Shubik ponderado	Apoio popular à principal causa
Ruralista	24,5%	18%
Evangélica	14,5%	49,5%
Segurança	10,5%	38%

Fonte: Elaboração Própria

¹²<https://jornal.usp.br/atualidades/populacao-paulistana-sente-medo-com-aumento-da-criminalidade-e-da-violencia-na-cidade/>

Temos então um resultado interessante. A bem estabelecida bancada Ruralista tem uma representação junto ao público bastante similar ao seu poder de voto efetivo, dado sua presença em vários pleitos eleitorais que a trazem mais próxima de sua representação social. As bancadas emergentes da Segurança e Evangélica por sua vez estão bastante abaixo de sua representatividade ideológica junto à população. A relativa inexperiência política de seus integrantes e desconhecimento de muitos eleitores de candidatos que podem representá-los, aliado à barreira política e econômica de obter cadeiras no Congresso podem explicar essas diferenças.

6- Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar o fenômeno das frentes ou bancadas parlamentares, movimento este de recente estudo da academia, e com foco especial nos integrantes da “Bancada BBB” como grande força conservadora socioeconômica estabelecida na política brasileira utilizando de ferramentas de Teoria dos Jogos para observar seu poder de voto. Analisamos o comportamento desse poder no tempo e como ele se compara com a percepção popular sobre os principais temas defendidos por cada bancada.

Observa-se que as bancadas possuem considerável poder político dentro tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, sendo a Bancada BBB o bloco dominante neste último. O crescimento de poder das bancadas da segurança e evangélica nas últimas duas Legislaturas é bastante condizente com a consolidação do neoconservadorismo na política brasileira após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2014 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2017. A legitimidade da representação das bancadas também é condizente com a métrica escolhida das pesquisas de opinião.

A utilização do Valor de Shapley e do índice de Shapley-Shubik para análise de poder de voto de grupos políticos é bem estabelecida na literatura, porém não consegue por si só representar toda a complexidade do sistema político democrático. Um desenvolvimento adicional para futuros trabalhos na mesma linha seria a inclusão da opção de abstenção nas votações, em um sistema ternário de voto que utilize do Valor de Shapley.

Outros dois pontos podemos apontar como passíveis de desenvolvimento adicional para o tema. Primeiramente, a utilização dos blocos ideológicos não leva em conta possíveis conflitos de interesses com as bancadas partidárias, já que o objetivo foi obter um hipotético poder de voto máximo das bancadas dentro do Congresso. A inclusão de uma análise histórica de conflitos partidária-ideológica e métrica para analisar a propensão dos parlamentares individualmente votarem em desacordo com suas lideranças partidárias, cujo poder vinculante

é de pacífico entendimento legal. Adicionalmente, a possibilidade de negociação entre os blocos ideológicos não foi considerada; a capacidade pré-existente de oferecer cargos, comissões e emendas traz poderio político adicional às bancadas que fortemente alteram o resultado das votações. Um desenvolvimento adicional para aprofundamento da questão fiscal é uma análise mais profunda das emendas aprovadas pelo grupo, particularmente as de comissão, de forma a entender se essas bancadas atuam pela via fiscal de maneira coordenada, aprovando em massa as emendas propostas por seus membros.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, S., **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados, 31, 1: 5-38, 1988.
- ALGABA, E; FRAGNELLI, V; SÁNCHEZ-SORIANO, J., **The Shapley Value, a Paradigm of Fairness**. in: Handbook of the Shapley Value, CRC Press (Taylor & Francis Group), Chapter 17, 369-391 (2019).
- ANSELMO, G. T. S. **Avanço do Conservadorismo no âmbito político e seus rebatimentos no Serviço Social**. In 10ª Jornada Internacional de Políticas Públicas, novembro, 2021
- ARAÚJO, S.; & SILVA, R.; **Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa**. In 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte. 2016.
- BRANDENBURGER, A.; **Cooperative Game Theory: Characteristic Functions, Allocations, Marginal Contribution**. Notas de aula, 2007, p. 2
- CARREIRÃO, Y. S.; **O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente**. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), v. 14, p. 255-295, 2014.
- CARVALHO, J. A. S.; **“Tigres de papel”? As bancadas BBB entre a imagem pública e a atuação efetiva na Câmara dos Deputados Federais, 2011-2014.**; 2020.
- CORADINI, O. L.; **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos**. Revista de Sociologia e Política, 18, 36: 241-256., 2010
- DANTAS, B. S. do A.; **Religião e política: ideologia e ação da “bancada evangélica” na Câmara Federal**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FAGANELLO, M. A.; **O Voto na Bancada da Bala: Estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)**. Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 131 fls. 2017.
- FELSENTHAL, D.S.; MACHOVER, M.; **Ternary voting games**. Int. J. Game Theory 26, 335–351, 1997.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. M. P., **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2001.
- HARTUNG, P.; MENDES, M.; GIAMBIAGI, F.; **As emendas parlamentares como novo mecanismo de captura do Orçamento**. Revista Conjuntura Econômica, 2021, 75.09: 20-22.
- KINZO, M. D. G.; **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004, v. 54, nº 19, p. 23-40.

LEITE, G. B.; **Jogos cooperativos: uma introdução ao valor de Shapley**. Informe Econômico (UFPI), v. 44, n. 1, 2022.

LIMA, I. G.; HYPOLITO, A. M.; **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Educação e pesquisa, v. 45, p. 1-15, 2019.

MASCHLER, M.; SOLAN, E.; ZAMIR, S.; **Game Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MASILI, G.; **The Power of Alliances in the Brazilian National Congress: Vote on Presidential Vetoes and Constitutional Amendments**. Brasília, Ministério de Minas e Energia – MME, 2013.

MANES, M. B.; **Bancadas temáticas como alternativa para formação de base de apoio legislativa: a relação entre o Executivo e a bancada ruralista na 56ª Legislatura**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

MILLER, D. R.; **A Shapley Value Analysis of the Proposed Canadian Constitutional Amendment Scheme**. Em: Canadian Journal of Political Science, 1(6):140-3, Março, 1973.

MYERSON, R. B.; **Game theory: an analysis of conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

NEDERGAARD, P, **Blocking Minorities: Networks and Meaning in the Opposition Against the Proposal for a Directive on Temporary Work in the Council of Ministers of the European Union**. JCMS: Journal of Common Market Studies, 45: 695-717, 2007

NOVAES, A.D.; ROSENBLATT, D.; **A note on regional voting power and budget allocation in the Brazilian Congress**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, 1991

OWEN, G.; **Evaluation of a Presidential Election Game**. In: American Political Science Review, 69:947-53, 1975.

PARKER, C.; **The influence relation for ternary voting games**. Games Econ Behav 75(2):867–881, 2012

PINHEIRO, M. B.; **Os dilemas da inclusão de minorias no Parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional**. 198 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2010

PRANDI, R.; SANTOS, R. W.; **Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica**. Tempo Social, v. 29, p. 187-214, 2017.

PRZYBYŁA-KASPEREK, M.; **The power of agents in a dispersed system—The Shapley-Shubik power index**. *J. Parallel Distrib. Comput.* 2021, 157, 105–124.

PINHEIRO, M. B.; **Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RESENDE, M.; **Fiscal federalism in Brazil: an empirical investigation**. *Economia Aplicada*, 2003, 7.1: 63-82.

ROSENBLATT, D.; NOVAES, A. D.; **O poder regional no Congresso - uma atualização**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, 1993

ROTH, A.; **Introduction to the Shapley value**. *The Shapley value*, 1-27. Cambridge: Cambridge University Press, 1988

SANTOS, M. L.; **Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria**. *Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos*, v. 1, p. 52-70, 2014a.

SANTOS, M. L.; **Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1975, p. 7-39, 2014b.

SHAPLEY, L. S. **A Value for n-Person Games**. In: Contributions to the Theory of Games, 2. H. W. Kuhn & W. Tucker. ed. *Annals of Mathematical Studies*, n. 28. Princeton University Press, 1953

SHAPLEY, L. S. **Cores of convex games**. *International journal of game theory*, v. 1, n. 1, p. 11-26, 1971.

SHAPLEY L. S., SHUBIK, M. **A method for evaluating the distribution of power in a committee system**. *American Political Science Review*. Vol. 48, 1954.

SILVA, G. T. R.; **Impactos das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partidos dos Trabalhadores (52° a 54° Legislatura)**, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUSA, G. J. C.; **A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na Câmara dos Deputados**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ZUGMAN, F.; TELLI, W. F. C.; **Divisão de poder e representatividade na Câmara dos Deputados: uma aplicação da Teoria dos Jogos**. Teixeira de Freitas: ICED, 2005. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/9723/divisao-de-poder-e-representatividade-na-camara-dos-deputados--uma-aplicacao-da-teoria-dos-jogos>. Acessado em 06/11/2023

ZYCZKOWSKI, K.; SŁOMCZYNSKI, W; **Square Root Voting System, Optimal Threshold and π Power, Voting, and Voting Power: 30 Years After**. 10.1007/978-3-642-35929-3_30; 2012.

Anexo A - Código Python dos Cálculos

#Iniciamos com alguns pacotes do Python que facilitam cálculos

```
from itertools import permutations
from math import factorial
```

```
def shapley_shubik_index(pesos, quota):
```

```
# Definimos o nº de jogadores e o nº de Coalizões possíveis no jogo em questão
```

```
    num_players = len(pesos)
    ncoalizoes = factorial(num_players)
    indices = [0] * num_players
```

```
# Iteramos por cada Coalizão possível no jogo e somamos o peso do jogador para o peso total da coalizão.
```

```
# Seguimos a ideia de Shapley que os jogadores entram 1 a 1 na "sala do jogo" e adicionam seus votos à coalizão.
```

```
    for a in permutations(range(num_players)):
        peso_tot = 0
        for i, player in enumerate(perm):
```

```
#Para cada jogador adiciona seu peso ao peso acumulado daquela coalizão, em sequência que aparecem na
```

```
        peso_tot += pesos[player]
```

```
# Checa se o jogador é pivotal ao comparar o peso acumulado à quota de vitória e se esse peso foi necessário para atingir a quota.
```

```
        if cum_weight >= quota and cum_weight - pesos[player] < quota:
            indices[player] += 1
            break
```

```
# Gera os índices de Shapley-Shubik do jogo em uma lista de fácil leitura
```

```
    indices = [index / ncoalizoes for index in indices]
    return indices
```

Anexo B – Deputados Federais por Bancada e Partido da 55ª à 57ª Legislaturas

PARLAMENTAR	PARTIDO E UF	BANCADA	LEGISLATURA
Afonso Hamm	PP-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Aguinaldo Ribeiro	PP-PB	Evangélica	57ª Legislatura
Alceu Moreira	MDB-RS	Segurança & Ruralista	57ª Legislatura
Alex Santana	Republicanos-BA	Evangélica	57ª Legislatura
Altineu Côrtes	PL-RJ	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Aluisio Mendes	PSC-MA	Segurança	57ª Legislatura
Amaro Neto	Republicanos-ES	Segurança	57ª Legislatura
Ana Paula Junqueira Leão	PP-MG	Ruralista	57ª Legislatura
André Fernandes	PL-CE	Evangélica	57ª Legislatura
André Ferreira	PL-PE	Evangélica	57ª Legislatura
André Janones	Avante-MG	Evangélica	57ª Legislatura
Antônia Lúcia	Republicanos-AC	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Arthur Lira	PP-AL	Ruralista	57ª Legislatura
Arthur Maia	União Brasil-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Átila	PP-PI	Ruralista	57ª Legislatura
Aureo Ribeiro	Solidariedade-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Benes Leocádio	União Brasil-RN	Ruralista	57ª Legislatura
Beto Pereira	PSDB-MS	Ruralista	57ª Legislatura
Cabo Gilberto Silva	PL-PB	Segurança	57ª Legislatura
Capitão Alberto Neto	PL-AM	Segurança	57ª Legislatura
Capitão Alden	PL-BA	Segurança	57ª Legislatura
Capitão Augusto	PL-SP	Segurança	57ª Legislatura
Capitão Derrite	PL-SP	Segurança	57ª Legislatura
Carla Zambelli	PL-SP	Segurança	57ª Legislatura
Carlos Gaguim	União Brasil-TO	Ruralista	57ª Legislatura
Carlos Gomes	Republicanos-RS	Evangélica	57ª Legislatura
Carlos Jordy	PL-RJ	Segurança	57ª Legislatura
Cezinha de Madureira	PSD-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Chico Alencar	PSol-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Chris Tonietto	PL-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Clarissa Tércio	PP-PE	Evangélica	57ª Legislatura
Claudio Cajado	PP-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Cleber Verde	Republicanos-MA	Evangélica	57ª Legislatura
Coronel Assis	MDB-MT	Segurança	57ª Legislatura
Coronel Chrisóstomo	PL-RO	Segurança	57ª Legislatura
Coronel Fernanda	PL-MT	Segurança	57ª Legislatura
Coronel Meira	PL-PE	Segurança	57ª Legislatura
Coronel Ulysses	União Brasil-AC	Segurança	57ª Legislatura

Da Vitoria	PP-ES	Segurança	57ª Legislatura
Dandara	PT-MG	Segurança	57ª Legislatura
Daniela do Waguinho	União Brasil-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Daniela Reinehr	PL-SC	Segurança & Ruralista	57ª Legislatura
David Soares	União Brasil-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Delegada Adriana Accorsi	PT-GO	Segurança	57ª Legislatura
Delegada Ione Barbosa	Avante-MG	Segurança	57ª Legislatura
Delegada Katarina	PSD-SE	Segurança	57ª Legislatura
Delegado André David	Republicanos-SE	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Bruno Lima	PP-SP	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Caveira	PL-PA	Segurança	57ª Legislatura
Delegado da Cunha	PP-SP	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Éder Mauro	PL-PA	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Fábio Costa	PP-AL	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Marcelo Freitas	União Brasil-MG	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Matheus Laiola	União Brasil-PR	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Palumbo	MDB-SP	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Paulo Bilynskij	PL-SP	Segurança	57ª Legislatura
Delegado Ramagem	PL-RJ	Segurança	57ª Legislatura
Deltan Dallagnol	Podemos-PR	Evangélica	57ª Legislatura
Dilceu Sperafico	PP-PR	Ruralista	57ª Legislatura
Dimas Fabiano	PP-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Domingos Sávio	PL-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Dr. Frederico	Patriota-MG	Segurança	57ª Legislatura
Dr. Jaziel	PL-CE	Evangélica	57ª Legislatura
Eduardo Bolsonaro	PL-SP	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Eli Borges	PL-TO	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Emidinho Madeira	PL-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Euclides Pettersen	PSC-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Fausto Pinato	PP-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Felipe Becari	União Brasil-SP	Segurança	57ª Legislatura
Felipe Francischini	União Brasil-PR	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Félix Mendonça Júnior	PDT-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Fernando Filho	União Brasil-PE	Ruralista	57ª Legislatura
Filipe Barros	PL-PR	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Filipe Martins	PL-TO	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Fraga	PL-DF	Segurança	57ª Legislatura
Franciane Bayer	Republicanos-RS	Evangélica	57ª Legislatura
General Girão	PL-RN	Segurança	57ª Legislatura
General Pazuello	PL-RJ	Segurança	57ª Legislatura
Gilberto Abramo	Republicanos-MG	Evangélica	57ª Legislatura
Gilberto Nascimento	PSC-SP	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Gilvan Máximo	Republicanos-DF	Evangélica	57ª Legislatura

Gilvan o Federal da Direita	PL-ES	Segurança	57ª Legislatura
Giovani Cherini	PL-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Glaustin Fokus	PSC-GO	Evangélica	57ª Legislatura
Greyce Elias	Avante-MG	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Helena da Asatur	MDB-RR	Evangélica	57ª Legislatura
Helio Fernando Barbosa Lopes	PL-RJ	Segurança	57ª Legislatura
Hercílio Coelho Diniz	MDB-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Jeferson Rodrigues	Republicanos-GO	Evangélica	57ª Legislatura
Jefferson Campos	PL-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Jhonatan de Jesus	Republicanos-RR	Evangélica	57ª Legislatura
João Carlos Bacelar	PL-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Jorge Braz	Republicanos-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
José Medeiros	PL-MT	Segurança & Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
José Rocha	União Brasil-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Josimar Maranhãozinho	PL-MA	Ruralista	57ª Legislatura
Josivaldo JP	PSD-MA	Ruralista	57ª Legislatura
Julio Cesar	Republicanos-DF	Evangélica	57ª Legislatura
Júlio César	PSD-PI	Ruralista	57ª Legislatura
Juscelino Filho	União Brasil-MA	Ruralista	57ª Legislatura
Lázaro Botelho	PP-TO	Ruralista	57ª Legislatura
Lincoln Portela	PL-MG	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Lucas Redecker	PSDB-RS	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Luciano Amaral	PV-AL	Ruralista	57ª Legislatura
Lucio Mosquini	MDB-RO	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Luiz Fernando	PSD-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Magda Mofatto	PL-GO	Ruralista	57ª Legislatura
Marcel Van Hattem	Novo-RS	Evangélica	57ª Legislatura
Marcelo Álvaro Antônio	PL-MG	Evangélica	57ª Legislatura
Marcelo Crivella	Republicanos-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Márcio Marinho	Republicanos-BA	Evangélica	57ª Legislatura
Marcos Aurélio Sampaio	PSD-PI	Ruralista	57ª Legislatura
Marcos Pereira	Republicanos-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Marcos RR Soares	União Brasil-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Maria Rosas	Republicanos-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Marina Silva	Rede-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Marlon Santos	PL-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Marussa Boldrim	MDB-GO	Ruralista	57ª Legislatura
Maurício do Volei	PL-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Meire Serafim	União Brasil-AC	Evangélica	57ª Legislatura
Messias Donato	Republicanos-ES	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Milton Vieira	Republicanos-SP	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura

Misael Varella	PSD-MG	Segurança & Ruralista	57ª Legislatura
Moses Rodrigues	União Brasil-CE	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Nicoletti	União Brasil-RR	Segurança	57ª Legislatura
Nikolas Ferreira	PL-MG	Evangélica	57ª Legislatura
Olival Marques	MDB-PA	Evangélica	57ª Legislatura
Osmar Terra	MDB-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Otoni de Paula	MDB-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Diniz	União Brasil-RR	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Eurico	PL-PE	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Gil	PL-MA	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Henrique Vieira	PSol-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Marco Feliciano	PL-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Pastor Sargento Isidório	Avante-BA	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Paulo Azi	União Brasil-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Paulo Foletto	PSB-ES	Ruralista	57ª Legislatura
Paulo Freire da Costa	PL-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Pedro Lupion	PP-PR	Ruralista	57ª Legislatura
Pedro Westphalen	PP-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Priante	MDB-PA	Ruralista	57ª Legislatura
Rafael Prudente	MDB-DF	Evangélica	57ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	Evangélica	57ª Legislatura
Renan Calheiros	MDB-AL	Ruralista	57ª Legislatura
Ricardo Barros	PP-PR	Ruralista	57ª Legislatura
Ricardo Guidi	PSD-SC	Ruralista	57ª Legislatura
Roberto Monteiro Pai	PL-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Rodolfo Nogueira	PL-MS	Ruralista	57ª Legislatura
Rodrigo de Castro	União Brasil-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Rosana Valle	PL-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Sanderson	PL-RS	Segurança	57ª Legislatura
Sargento Fahur	PSD-PR	Segurança	57ª Legislatura
Sargento Gonçalves	PL-RN	Segurança	57ª Legislatura
Sargento Portugal	Podemos-RJ	Segurança	57ª Legislatura
Sérgio Brito	PSD-BA	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Silas Câmara	Republicanos-AM	Evangélica	57ª Legislatura
Sóstenes Cavalcante	PL-RJ	Evangélica	57ª Legislatura
Stefano Aguiar	PSD-MG	Evangélica & Ruralista	57ª Legislatura
Tenente Coronel Zucco	Republicanos-RS	Segurança	57ª Legislatura
Thiago Flores	MDB-RO	Segurança	57ª Legislatura
Toninho Wandscheer	Pros-PR	Evangélica	57ª Legislatura
Vicentinho Junior	PP-TO	Ruralista	57ª Legislatura
Vinicius Carvalho	Republicanos-SP	Evangélica	57ª Legislatura
Wellington Roberto	PL-PB	Ruralista	57ª Legislatura
Abílio Santana	PHS-BA	Evangélica	56ª Legislatura

Abou Anni	PSL-SP	Segurança	56ª Legislatura
Afonso Hamm	PP-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Aguinaldo Ribeiro	PP-PB	Evangélica	56ª Legislatura
Alan Rick	DEM-AC	Evangélica	56ª Legislatura
Alceu Moreira	MDB-RS	Segurança & Ruralista	56ª Legislatura
Alcides Rodrigues	PRP-GO	Ruralista	56ª Legislatura
Alê Silva	PSL-MG	Segurança	56ª Legislatura
Alex Santana	PDT-BA	Evangélica	56ª Legislatura
Alexandre Frota	PSL-SP	Segurança	56ª Legislatura
Alexandre Serfiotis	PSD-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Aline Gurgel	PRB-AP	Evangélica	56ª Legislatura
Altineu Côrtes	PR-RJ	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Aluisio Mendes	Pode-MA	Segurança	56ª Legislatura
Amaro Neto	PRB-ES	Segurança	56ª Legislatura
André Abdon	PP-AP	Evangélica	56ª Legislatura
André Ferreira	PSC-PE	Evangélica	56ª Legislatura
Aroldo Martins	PRB-PR	Evangélica	56ª Legislatura
Arthur Lira	PP-AL	Ruralista	56ª Legislatura
Arthur Oliveira Maia	DEM-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Átila Lira	PSB-PI	Ruralista	56ª Legislatura
Aureo Ribeiro	SD-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Benes Leocádio	PTC-RN	Ruralista	56ª Legislatura
Beto	PP-RN	Ruralista	56ª Legislatura
Beto Pereira	PSDB-MS	Ruralista	56ª Legislatura
Bilac Pinto	DEM-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Bosco Costa	PR-SE	Ruralista	56ª Legislatura
Bruna Furlan	PSDB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Cabo Junio Amaral	PSL-MG	Segurança	56ª Legislatura
Capitão Alberto Neto	PRB-AM	Segurança	56ª Legislatura
Capitão Augusto	PR-SP	Segurança	56ª Legislatura
Capitão Fábio Abreu	PR-PI	Segurança	56ª Legislatura
Capitão Wagner	Pros-CE	Segurança	56ª Legislatura
Carlos Bezerra	MDB-MT	Ruralista	56ª Legislatura
Carlos Gomes	PRB-RS	Evangélica	56ª Legislatura
Carlos Henrique Gaguim	DEM-TO	Ruralista	56ª Legislatura
Carlos Jordy	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Célio Moura	PT-TO	Ruralista	56ª Legislatura
Cezinha de Madureira	PSD-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Charlles Evangelista	PSL-MG	Segurança	56ª Legislatura
Chris Tonietto	PSL-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Christiane de Souza Yared	PR-PR	Evangélica	56ª Legislatura
Clarissa Garotinho	Pros-RJ	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura

Claudio Cajado	PP-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Cleber Verde	PRB-MA	Evangélica	56ª Legislatura
Coronel Armando	PSL-SC	Segurança	56ª Legislatura
Coronel Chrisóstomo	PSL-RO	Segurança	56ª Legislatura
Coronel Tadeu	PSL-SP	Segurança	56ª Legislatura
Cristiano Vale	PR-PA	Ruralista	56ª Legislatura
Da Vitoria	PPS-ES	Segurança	56ª Legislatura
Daniel Silveira	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Daniela do Waguinho	MDB-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Darci de Matos	PSD-SC	Ruralista	56ª Legislatura
David Soares	DEM-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Delegado Antônio Furtado	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Delegado Éder Mauro	PSD-PA	Segurança	56ª Legislatura
Delegado Marcelo Freitas	PSL-MG	Segurança	56ª Legislatura
Delegado Pablo	PSL-AM	Segurança	56ª Legislatura
Delegado Waldir	PSL-GO	Segurança	56ª Legislatura
Dimas Fabiano	PP-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Domingos Sávio	PSDB-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Dr. Frederico	Patri-MG	Segurança	56ª Legislatura
Dr. Jaziel	PR-CE	Evangélica	56ª Legislatura
Dra. Soraya Manato	PSL-ES	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Edio Lopes	PR-RR	Segurança	56ª Legislatura
Edna Henrique	PSDB-PB	Segurança	56ª Legislatura
Eduardo Bolsonaro	PSL-SP	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Efraim Filho	DEM-PB	Segurança & Ruralista	56ª Legislatura
Eli Borges	SD-TO	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Eli Corrêa Filho	DEM-SP	Ruralista	56ª Legislatura
Emidinho Madeira	PSB-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Euclides Pettersen	PSC-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Fábio Faria	PSD-RN	Ruralista	56ª Legislatura
Fábio Henrique	PDT-SE	Segurança	56ª Legislatura
Fausto Pinato	PP-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Felício Laterça	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Felipe Francischini	PSL-PR	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Félix Mendonça Júnior	PDT-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Fernando Coelho Filho	DEM-PE	Ruralista	56ª Legislatura
Filipe Barros	PSL-PR	Segurança	56ª Legislatura
Flaviano Melo	MDB-AC	Ruralista	56ª Legislatura
Flordelis	PSD-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Genecias Noronha	SD-CE	Ruralista	56ª Legislatura
General Girão	PSL-RN	Segurança	56ª Legislatura
General Peternelli	PSL-SP	Segurança	56ª Legislatura
Geovania de Sá	PSDB-SC	Evangélica	56ª Legislatura

Gilberto Abramo	PRB-MG	Evangélica	56ª Legislatura
Gilberto Nascimento	PSC-SP	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Giovani Cherini	PR-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Glaustin Fokus	PSC-GO	Evangélica	56ª Legislatura
Gonzaga Patriota	PSB-PE	Ruralista	56ª Legislatura
Greyce Elias	Avante-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Guilherme Derrite	PP-SP	Segurança	56ª Legislatura
Gurgel	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Heitor Freire	PSL-CE	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Hélio Leite	DEM-PA	Ruralista	56ª Legislatura
Helio Lopes	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Hercílio Coelho Diniz	MDB-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Jaqueline Cassol	PP-RO	Ruralista	56ª Legislatura
Jefferson Campos	PSB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Jerônimo Goergen	PP-RS	Segurança	56ª Legislatura
JHC	PSB-AL	Evangélica	56ª Legislatura
Jhonatan de Jesus	PRB-RR	Evangélica	56ª Legislatura
João Campos	PRB-GO	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
João Carlos Bacelar	PR-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Joice Hasselmann	PSL-SP	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Jose Mario Schreiner	DEM-GO	Ruralista	56ª Legislatura
José Medeiros	Pode-MT	Segurança & Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
José Priante	MDB-PA	Ruralista	56ª Legislatura
José Rocha	PR-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Josimar Maranhãozinho	PR-MA	Ruralista	56ª Legislatura
Júlio César	PSD-PI	Ruralista	56ª Legislatura
Julio Cesar Ribeiro	PRB-DF	Evangélica	56ª Legislatura
Juscelino Filho	DEM-MA	Ruralista	56ª Legislatura
Laércio Oliveira	PP-SE	Evangélica	56ª Legislatura
Lauriete	PR-ES	Evangélica	56ª Legislatura
Léo Motta	PSL-MG	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Lincoln Portela	PR-MG	Evangélica	56ª Legislatura
Liziane Bayer	PSB-RS	Evangélica	56ª Legislatura
Lucas Gonzalez	Novo-MG	Evangélica	56ª Legislatura
Lucas Redecker	PSDB-RS	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Lucio Mosquini	MDB-RO	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Magda Mofatto	PR-GO	Ruralista	56ª Legislatura
Major Fabiana	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Major Vitor Hugo	PSL-GO	Segurança	56ª Legislatura
Manuel Marcos	PRB-AC	Evangélica	56ª Legislatura
Mara Rocha	PSDB-AC	Ruralista	56ª Legislatura
Marcel Van Hattem	Novo-RS	Evangélica	56ª Legislatura

Marcelo Álvaro Antônio	PSL-MG	Evangélica	56ª Legislatura
Marcelo Nilo	PSB-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Márcio Marinho	PRB-BA	Evangélica	56ª Legislatura
Marcos Aurélio Sampaio	MDB-PI	Ruralista	56ª Legislatura
Marcos Pereira	PRB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Margarete Coelho	PP-PI	Evangélica	56ª Legislatura
Maria Rosas	PRB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Marina Santos	PTC-PI	Evangélica	56ª Legislatura
Marlon Santos	PDT-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Mauro Lopes	MDB-MG	Segurança & Ruralista	56ª Legislatura
Mauro Nazif	PSB-RO	Ruralista	56ª Legislatura
Milton Vieira	PRB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Misael Varella	PSD-MG	Segurança & Ruralista	56ª Legislatura
Moses Rodrigues	MDB-CE	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Nelson Barbudo	PSL-MT	Segurança & Ruralista	56ª Legislatura
Neri Geller	PP-MT	Ruralista	56ª Legislatura
Nicoletti	PSL-RR	Segurança	56ª Legislatura
Nivaldo Albuquerque	PTB-AL	Ruralista	56ª Legislatura
Olival Marques	DEM-PA	Evangélica	56ª Legislatura
Onyx Lorenzoni	DEM-RS	Segurança & Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Osires Damaso	PSC-TO	Ruralista	56ª Legislatura
Osmar Terra	MDB-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Ossesio Silva	PRB-PE	Evangélica	56ª Legislatura
Otoni de Paula	PSC-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Pastor Eurico	PATRI-PE	Evangélica	56ª Legislatura
Pastor Gildenemyr	PMN-MA	Evangélica	56ª Legislatura
Pastor Sargento Isidório	Avante-BA	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Paulo Azi	DEM-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Paulo Bengtson	PTB-PA	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Paulo Foletto	PSB-ES	Ruralista	56ª Legislatura
Paulo Freire Costa	PR-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Paulo Ramos	PDT-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Pedro Lupion	DEM-PR	Ruralista	56ª Legislatura
Pedro Westphalen	PP-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Policia Katia Sastre	PR-SP	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
PR. Marco Feliciano	Pode-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Professor Joziel	PSL-RJ	Segurança	56ª Legislatura
Professora Dayane Pimentel	PSL-BA	Segurança	56ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	Evangélica	56ª Legislatura
Ricardo Barros	PP-PR	Ruralista	56ª Legislatura
Ricardo Guidi	PSD-SC	Ruralista	56ª Legislatura
Roberto Alves	PRB-SP	Evangélica	56ª Legislatura

Roberto de Lucena	Pode-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Roberto Pessoa	PSDB-CE	Ruralista	56ª Legislatura
Rodrigo de Castro	PSDB-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Rogério Peninha Mendonça	MDB-SC	Ruralista	56ª Legislatura
Ronaldo Carletto	PP-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Rosana Valle	PSB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Rose Modesto	PSDB-MS	Evangélica	56ª Legislatura
Rubens Bueno	PPS-PR	Ruralista	56ª Legislatura
Sargento Fahur	PSD-PR	Segurança	56ª Legislatura
Sérgio Brito	PSD-BA	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Sergio Toledo	PR-AL	Ruralista	56ª Legislatura
Sérgio Vidigal	PDT-ES	Evangélica	56ª Legislatura
Severino Pessoa	PRB-AL	Evangélica	56ª Legislatura
Shéridan	PSDB-RR	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Silas Câmara	PRB-AM	Evangélica	56ª Legislatura
Sóstenes Cavalcante	DEM-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Stefano Aguiar	PSD-MG	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Subtenente Gonzaga	PDT-MG	Segurança	56ª Legislatura
Tereza Cristina	DEM-MS	Ruralista	56ª Legislatura
Toninho Wandscheer	Pros-PR	Evangélica	56ª Legislatura
Ubiratan Sanderson	PSL-RS	Segurança	56ª Legislatura
Vavá Martins	PRB-PA	Evangélica	56ª Legislatura
Vicentinho Junior	PR-TO	Ruralista	56ª Legislatura
Vinicius Carvalho	PRB-SP	Evangélica	56ª Legislatura
Wellington Roberto	PR-PB	Ruralista	56ª Legislatura
Wladimir Garotinho	PRP-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Abel Galinha	PDT-RR	Ruralista	55ª Legislatura
Adelmo Leão	PT-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Aelton Freitas	PR-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Afonso Hamm	PP-RS	Ruralista	55ª Legislatura
Aguinaldo Ribeiro	PP-PB	Evangélica	55ª Legislatura
Alan Rick	PRB-AC	Evangélica	55ª Legislatura
Alfredo Kaefer	PSDB-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Altineu Cortes	PR-RJ	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Anderson Ferreira	PR-PE	Evangélica	55ª Legislatura
André Abdon	PRB-AP	Evangélica	55ª Legislatura
Aníbal Gomes	PMDB-CE	Ruralista	55ª Legislatura
Antônio Bulhões	PRB-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Antonio Imbassahy	PSDB-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Antônio Jácome	PMN-RN	Evangélica	55ª Legislatura
Arnon Bezerra	PTB-CE	Ruralista	55ª Legislatura
Arolde de Oliveira	PSD-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Arthur Lira	PP-AL	Ruralista	55ª Legislatura

Arthur Oliveira Maia	SD-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Átila Lira	PSB-PI	Ruralista	55ª Legislatura
Aureo	SD-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Benito Gama	PTB-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Betinho Segundo	PP-RN	Ruralista	55ª Legislatura
Bilac Pinto	PR-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Bonifácio Andrada	PSDB-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Bruna Furlan	PSDB-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Bruno Araújo	PSDB-PE	Ruralista	55ª Legislatura
Cabo Daciolo	PSol-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Carlos Andrade	PHS-RR	Evangélica	55ª Legislatura
Carlos Bezerra	PMDB-MT	Ruralista	55ª Legislatura
Carlos Gaguim	PMDB-TO	Ruralista	55ª Legislatura
Carlos Gomes	PRB-RS	Evangélica	55ª Legislatura
Carlos Melles	DEM-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Cesar Halum	PRB-TO	Ruralista	55ª Legislatura
César Messias	PSB-AC	Ruralista	55ª Legislatura
Christiane Yared	PTN-PR	Evangélica	55ª Legislatura
Clarissa Garotinho	PR-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Cláudio Cajado	DEM-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Cleber Verde	PRB-MA	Evangélica	55ª Legislatura
Delegado Francischini	SD-PR	Evangélica	55ª Legislatura
Dilceu Sperafico	PP-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Dimas Fabiano	PP-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Domingos Sávio	PSDB-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Duarte Nogueira	PSDB-SP	Ruralista	55ª Legislatura
Edinho Araújo	PMDB-SP	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Edmar Arruda	PSC-PR	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Eduardo Bolsonaro	PSC-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Eduardo Cunha	PMDB-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Efraim Filho	DEM-PB	Ruralista	55ª Legislatura
Eli Corrêa Filho	DEM-SP	Ruralista	55ª Legislatura
Eliziane Gama	PPS-MA	Evangélica	55ª Legislatura
Erivelton Santana	PSC-BA	Evangélica	55ª Legislatura
Esperidião Amin	PP-SC	Ruralista	55ª Legislatura
Ezequiel Teixeira	SD-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Fabiano Horta	PT-RJ	Ruralista	55ª Legislatura
Fábio Faria	PSD-RN	Ruralista	55ª Legislatura
Fábio Garcia	PSB-MT	Evangélica	55ª Legislatura
Fábio Sousa	PSDB-GO	Evangélica	55ª Legislatura
Félix Mendonça Júnior	PDT-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Fernando Coelho Filho	PSB-PE	Ruralista	55ª Legislatura

Flaviano Melo	PMDB-AC	Ruralista	55ª Legislatura
Fraga	DEM-DF	Ruralista	55ª Legislatura
Francisco Floriano	PR-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Genecias Noronha	SD-CE	Ruralista	55ª Legislatura
George Hilton	PRB-MG	Evangélica	55ª Legislatura
Geovania de Sá	PSDB-SC	Evangélica	55ª Legislatura
Gilberto Nascimento	PSC-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Givaldo Carimbão	PROS-AL	Ruralista	55ª Legislatura
Gonzaga Patriota	PSB-PE	Ruralista	55ª Legislatura
Hélio Leite	DEM-PA	Ruralista	55ª Legislatura
Heuler Cruvinel	PSD-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Irajá Abreu	PSD-TO	Ruralista	55ª Legislatura
Irmão Lázaro	PSC-BA	Evangélica	55ª Legislatura
Jefferson Campos	PSD-SP	Evangélica	55ª Legislatura
JHC	SD-AL	Evangélica	55ª Legislatura
João Bacelar	PR-BA	Ruralista	55ª Legislatura
João Campos	PSDB-GO	Evangélica	55ª Legislatura
Johnathan de Jesus	PRB-RR	Evangélica	55ª Legislatura
Jorge Tadeu Mudalen	DEM-SP	Evangélica	55ª Legislatura
José Carlos Araújo	PSD-BA	Ruralista	55ª Legislatura
José Priante	PMDB-PA	Ruralista	55ª Legislatura
José Rocha	PR-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Josué Bengtson	PTB-PA	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Júlia Marinho	PSC-PA	Evangélica	55ª Legislatura
Júlio César	PSD-PI	Ruralista	55ª Legislatura
Juscelino Filho	PRP-MA	Ruralista	55ª Legislatura
Laércio Oliveira	SD-SE	Evangélica	55ª Legislatura
Lázaro Botelho	PP-TO	Ruralista	55ª Legislatura
Leonardo Picciani	PMDB-RJ	Ruralista	55ª Legislatura
Leonardo Quintão	PMDB-MG	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Lincoln Portela	PR-MG	Evangélica	55ª Legislatura
Lindomar Garçon	PMDB-RO	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Lucio Mosquini	PMDB-RO	Ruralista	55ª Legislatura
Lucio Vieira Lima	PMDB-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Luis Carlos Heinze	PP-RS	Ruralista	55ª Legislatura
Luiz Carlos Haully	PSDB-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Luiz Claudio	PR-RO	Ruralista	55ª Legislatura
Luiz Fernando Faria	PP-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Luiz Lauro Filho	PSB-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Magda Mofatto	PR-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Manato	SD-ES	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Mandetta	DEM-MS	Ruralista	55ª Legislatura
Marcelo Castro	PMDB-PI	Ruralista	55ª Legislatura

Márcio Marinho	PRB-BA	Evangélica	55ª Legislatura
Marcio Monteiro	PSDB-MS	Ruralista	55ª Legislatura
Marcos Montes	PSD-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Marcos Rogério	PDT-RO	Evangélica	55ª Legislatura
Marcos Soares	PR-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Marinha Raupp	PMDB-RO	Ruralista	55ª Legislatura
Mauro Lopes	PMDB-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Max Filho	PSDB-ES	Evangélica	55ª Legislatura
Miguel Haddad	PSDB-SP	Ruralista	55ª Legislatura
Misael Varella	DEM-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Missionário José Olímpio	PP-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Nelson Marchezan Junior	PSDB-RS	Ruralista	55ª Legislatura
Nelson Marquezelli	PTB-SP	Ruralista	55ª Legislatura
Nelson Meurer	PP-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Nilton Capixaba	PTB-RO	Evangélica	55ª Legislatura
Odelmo Leão	PP-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Onyx Lorenzoni	DEM-RS	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Osmar Serraglio	PMDB-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Osmar Terra	PMDB-RS	Ruralista	55ª Legislatura
Pastor Eurico	PSB-PE	Evangélica	55ª Legislatura
Pastor Jony	PRB-SE	Evangélica	55ª Legislatura
Pastor Marco Feliciano	PSC-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Paulo Azi	DEM-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Paulo Foletto	PSB-ES	Ruralista	55ª Legislatura
Paulo Freire	PR-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Paulo Magalhães	PSD-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Pedro Fernandes	PTB-MA	Ruralista	55ª Legislatura
Pedro Uczai	PT-SC	Ruralista	55ª Legislatura
Pedro Vilela	PSDB-AL	Ruralista	55ª Legislatura
Peninha	PMDB-SC	Ruralista	55ª Legislatura
Professor Victório Galli	PSC-MT	Evangélica	55ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	Evangélica	55ª Legislatura
Renato Molling	PP-RS	Ruralista	55ª Legislatura
Renzo Braz	PP-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Ricardo Barros	PP-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Roberto Alves	PRB-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Roberto Balestra	PP-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Roberto Britto	PP-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Roberto de Lucena	PV-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Roberto Sales	PRB-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Rodrigo de Castro	PSDB-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Rodrigo Pacheco	PMDB-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Ronaldo Benedet	PMDB-SC	Ruralista	55ª Legislatura

Ronaldo Carletto	PP-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Ronaldo Fonseca	PROS-DF	Evangélica	55ª Legislatura
Ronaldo Martins	PRB-CE	Evangélica	55ª Legislatura
Ronaldo Nogueira	PTB-RS	Evangélica	55ª Legislatura
Rosângela Gomes	PRB-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Rubens Bueno	PPS-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Sérgio Brito	PSD-BA	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Sergio Reis	PRB-SP	Ruralista	55ª Legislatura
Sérgio Vidigal	PDT-ES	Evangélica	55ª Legislatura
Shéridan	PSDB-RR	Ruralista	55ª Legislatura
Silas Câmara	PSD-AM	Evangélica	55ª Legislatura
Sóstenes Cavalcante	PSD-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Stefano Aguiar	PSB-MG	Evangélica & Ruralista	55ª Legislatura
Takayama	PSC-PR	Evangélica	55ª Legislatura
Tereza Cristina	PSB-MS	Ruralista	55ª Legislatura
Tia Eron	PRB-BA	Evangélica	55ª Legislatura
Toninho Pinheiro	PP-MG	Ruralista	55ª Legislatura
Toninho Wandscheer	PT-PR	Evangélica	55ª Legislatura
Valdir Colatto	PMDB-SC	Ruralista	55ª Legislatura
Valdir Rossoni	PSDB-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Valtenir Pereira	PROS-MT	Ruralista	55ª Legislatura
Vander Loubet	PT-MS	Ruralista	55ª Legislatura
Vicentinho Junior	PSB-TO	Ruralista	55ª Legislatura
Vinicius Carvalho	PRB-SP	Evangélica	55ª Legislatura
Washington Reis	PMDB-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Wellington Roberto	PR-PB	Ruralista	55ª Legislatura
Wilson Filho	PTB-PB	Ruralista	55ª Legislatura
Zé Carlos	PT-MA	Ruralista	55ª Legislatura

Anexo C – Senadores por Bancada e Partido da 55ª à 57ª Legislaturas

PARLAMENTAR	PARTIDO E UF	BANCADA	LEGISLATURA
Eduardo Girão	Podemos-CE	Segurança	57ª Legislatura
Fabiano Contarato	PT-ES	Segurança	57ª Legislatura
Marcos do Val	Podemos-ES	Segurança	57ª Legislatura
Soraya Thronicke	União-MS	Segurança	57ª Legislatura
Efraim Filho	União-PB	Segurança & Ruralista	57ª Legislatura
Sergio Moro	União-PR	Segurança	57ª Legislatura
Flávio Bolsonaro	PL-RJ	Segurança & Evangélica	57ª Legislatura
Styverson Valentim	Podemos-RN	Segurança	57ª Legislatura
Hamilton Mourão	Republicanos-RS	Segurança	57ª Legislatura
Alessandro Vieira	PSDB-SE	Segurança	57ª Legislatura
Alan Rick	União-AC	Evangélica	57ª Legislatura
Eduardo Girão	Podemos-CE	Evangélica	57ª Legislatura
Dameres Alves	Republicanos-DF	Evangélica	57ª Legislatura
Magno Malta	PL-ES	Evangélica	57ª Legislatura
Eliziane Gama	Cidadania-MA	Evangélica	57ª Legislatura
Carlos Viana	PL-MG	Evangélica	57ª Legislatura
Zequinha Marinho	PL-PA	Evangélica	57ª Legislatura
Daniella Ribeiro	PSD-PB	Evangélica	57ª Legislatura
Marcos Rogério	PL-RO	Evangélica	57ª Legislatura
Mecias de Jesus	Republicanos-RR	Evangélica	57ª Legislatura
Luis Carlos Heinze	PP-RS	Evangélica	57ª Legislatura
Otto Alencar	PSD-BA	Ruralista	57ª Legislatura
Izalci	PSDB-DF	Ruralista	57ª Legislatura
Cleitinho	PSC-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Rodrigo Pacheco	PSD-MG	Ruralista	57ª Legislatura
Nelsinho Trad	PTB-MS	Ruralista	57ª Legislatura
Tereza Cristina	Progressistas-MS	Ruralista	57ª Legislatura
Jayme Campos	União-MT	Ruralista	57ª Legislatura
Carlos Fávaro	PSD-MT	Ruralista	57ª Legislatura
Wellington Fagundes	PL-MT	Ruralista	57ª Legislatura

Jader Barbalho	MDB-PA	Ruralista	57ª Legislatura
Eliane Nogueira	PP-PI	Ruralista	57ª Legislatura
Marcelo Castro	MDB-PI	Ruralista	57ª Legislatura
Flavio Arns	Podemos-PR	Ruralista	57ª Legislatura
Jaime Bagattoli	PL-RO	Ruralista	57ª Legislatura
Confúcio Moura	MDB-RO	Ruralista	57ª Legislatura
Marcos Rogério	PL-RO	Ruralista	57ª Legislatura
Chico Rodrigues	União-RR	Ruralista	57ª Legislatura
Mecias de Jesus	Republicanos-RR	Ruralista	57ª Legislatura
Luis Carlos Heinze	PP-RS	Ruralista	57ª Legislatura
Jorge Seif	PL-SC	Ruralista	57ª Legislatura
Esperidião Amin	PP-SC	Ruralista	57ª Legislatura
Irajá	PSD-TO	Ruralista	57ª Legislatura
Eduardo Girão	Pros-CE	Segurança	56ª Legislatura
Marcos do Val	PPS-ES	Segurança	56ª Legislatura
Fabiano Contarato	Rede-ES	Segurança	56ª Legislatura
Soraya Thronicke	PSL-MS	Segurança	56ª Legislatura
Juíza Selma Arruda	PSL-MT	Segurança	56ª Legislatura
Flávio Bolsonaro	PSL-RJ	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Capitão Styvenson	Rede-RN	Segurança	56ª Legislatura
Delegado Alessandro Vieira	Rede-SE	Segurança	56ª Legislatura
Major Olímpio	PSL-SP	Segurança & Evangélica	56ª Legislatura
Eliziane Gama	PPS-MA	Evangélica	56ª Legislatura
Zequinha Marinho	PSC-PA	Evangélica	56ª Legislatura
Arolde de Oliveira	PSD-RJ	Evangélica	56ª Legislatura
Marcos Rogério	DEM-RO	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Mecias de Jesus	PRB-RR	Evangélica & Ruralista	56ª Legislatura
Márcio Bittar	MDB-AC	Ruralista	56ª Legislatura
Renan Calheiros	MDB-AL	Ruralista	56ª Legislatura
Otto Alencar	PSD-BA	Ruralista	56ª Legislatura
Izalci	PSDB-DF	Ruralista	56ª Legislatura
Luiz Carlos do Carmo	MDB-GO	Ruralista	56ª Legislatura
Antonio Anastasia	PSDB-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Rodrigo Pacheco	DEM-MG	Ruralista	56ª Legislatura
Nelsinho Trad	PTB-MS	Ruralista	56ª Legislatura
Simone Tebet	MDB-MS	Ruralista	56ª Legislatura
Jayme Campos	DEM-MT	Ruralista	56ª Legislatura
Wellington Fagundes	PR-MT	Ruralista	56ª Legislatura

Jader Barbalho	MDB-PA	Ruralista	56ª Legislatura
José Maranhão	MDB-PB	Ruralista	56ª Legislatura
Ciro Nogueira	PP-PI	Ruralista	56ª Legislatura
Marcelo Castro	MDB-PI	Ruralista	56ª Legislatura
Flavio Arns	Rede-PR	Ruralista	56ª Legislatura
Alvaro Dias	Pode-PR	Ruralista	56ª Legislatura
Confúcio Moura	MDB-RO	Ruralista	56ª Legislatura
Acir Gurgacz	PDT-RO	Ruralista	56ª Legislatura
Chico Rodrigues	DEM-RR	Ruralista	56ª Legislatura
Luis Carlos Heinze	PP-RS	Ruralista	56ª Legislatura
Dário Berger	MDB-SC	Ruralista	56ª Legislatura
Esperidião Amin	PP-SC	Ruralista	56ª Legislatura
Irajá	PSD-TO	Ruralista	56ª Legislatura
Walter Pinheiro	PT-BA	Evangélica	55ª Legislatura
Magno Malta	PR-ES	Evangélica	55ª Legislatura
Marcelo Crivella	PRB-RJ	Evangélica	55ª Legislatura
Benedito de Lira	PP-AL	Ruralista	55ª Legislatura
Renan Calheiros	PMDB-AL	Ruralista	55ª Legislatura
Otto Alencar	PSD-BA	Ruralista	55ª Legislatura
Eunício Oliveira	PMDB-CE	Ruralista	55ª Legislatura
Lúcia Vânia	PSDB-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Ronaldo Caiado	DEM-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Wilder Moraes	DEM-GO	Ruralista	55ª Legislatura
Simone Tebet	PMDB-MS	Ruralista	55ª Legislatura
Blairo Maggi	PR-MT	Ruralista	55ª Legislatura
Wellington Fagundes	PR-MT	Ruralista	55ª Legislatura
José Maranhão	PMDB-PB	Ruralista	55ª Legislatura
Elmano Férrer de Almeida	PTB-PI	Ruralista	55ª Legislatura
Alvaro Dias	PSDB-PR	Ruralista	55ª Legislatura
Acir Gurgacz	PDT-RO	Ruralista	55ª Legislatura
Telmário Mota	PDT-RR	Ruralista	55ª Legislatura
Kátia Abreu	PMDB-TO	Ruralista	55ª Legislatura
Vicentinho Alves	SD-TO	Ruralista	55ª Legislatura

Anexo D – Bancada de Oposição Progressista na Câmara dos Deputados (55ª a 57ª Legislatura)

PARLAMENTAR	PARTIDO E UF	LEGISLATURA
Roberta Roma	PL-BA	57ª Legislatura
Rogéria Santos	Republicanos-BA	57ª Legislatura
Fernanda Pessoa	União Brasil-CE	57ª Legislatura
Luizianne Lins	PT-CE	57ª Legislatura
Bia Kicis	PL-DF	57ª Legislatura
Erika Kokay	PT-DF	57ª Legislatura
Jack Rocha	PT-ES	57ª Legislatura
Delegada Adriana Accorsi	PT-GO	57ª Legislatura
Flávia Moraes	PDT-GO	57ª Legislatura
Lêda Borges	PSDB-GO	57ª Legislatura
Magda Mofatto	PL-GO	57ª Legislatura
Silvye Alves	União Brasil-GO	57ª Legislatura
Amanda Gentil	PP-MA	57ª Legislatura
Detinha	PL-MA	57ª Legislatura
Roseana Sarney	MDB-MA	57ª Legislatura
Ana Paula Junqueira Leão	PP-MG	57ª Legislatura
Ana Pimentel	PT-MG	57ª Legislatura
Célia Xakriabá	PSol-MG	57ª Legislatura
Delegada Ione Barbosa	Avante-MG	57ª Legislatura
Duda Salabert	PDT-MG	57ª Legislatura
Greyce Elias	Avante-MG	57ª Legislatura
Nely Aquino	Podemos-MG	57ª Legislatura
Rosângela Reis	PL-MG	57ª Legislatura
Camila Jara	PT-MS	57ª Legislatura
Amália Barros	PL-MT	57ª Legislatura
Coronel Fernanda	PL-MT	57ª Legislatura
Andreia Siqueira	MDB-PA	57ª Legislatura
Dilvanda Faro	PT-PA	57ª Legislatura
Dra. Alessandra Haber	MDB-PA	57ª Legislatura
Elcione	MDB-PA	57ª Legislatura
Renilce Nicodemos	MDB-PA	57ª Legislatura
Clarissa Tércio	PP-PE	57ª Legislatura
Maria Arraes	Solidariedade e-PE	57ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	57ª Legislatura
Carol Dartora	PT-PR	57ª Legislatura
Gleisi	PT-PR	57ª Legislatura
Leandre	PSD-PR	57ª Legislatura
Luisa Canziani	PSD-PR	57ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	57ª Legislatura
Chris Tonietto	PL-RJ	57ª Legislatura

Dani Cunha	União Brasil-RJ	57ª Legislatura
Daniela do Waguinho	União Brasil-RJ	57ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	57ª Legislatura
Laura Carneiro	PSD-RJ	57ª Legislatura
Rosângela Gomes	Republicanos-RJ	57ª Legislatura
Soraya Santos	PL-RJ	57ª Legislatura
Talíria Petrone	PSol-RJ	57ª Legislatura
Natália Bonavides	PT-RN	57ª Legislatura
Cristiane Lopes	União Brasil-RO	57ª Legislatura
Silvia Cristina	PL-RO	57ª Legislatura
Helena da Asatur	MDB-RR	57ª Legislatura
Any Ortiz	Cidadania-RS	57ª Legislatura
Daiana Santos	PCdoB-RS	57ª Legislatura
Denise Pessôa	PT-RS	57ª Legislatura
Fernanda Melchionna	PSol-RS	57ª Legislatura
Franciane Bayer	Republicanos-RS	57ª Legislatura
Maria do Rosário	PT-RS	57ª Legislatura
Carmem Zanotto	Cidadania-SC	57ª Legislatura
Carol de Toni	PL-SC	57ª Legislatura
Daniela Reinehr	PL-SC	57ª Legislatura
Julia Zanatta	PL-SC	57ª Legislatura
Delegada Katarina	PSD-SE	57ª Legislatura
Yandra de André	União Brasil-SE	57ª Legislatura
Adriana Ventura	Novo-SP	57ª Legislatura
Carla Zambelli	PL-SP	57ª Legislatura
Erika Hilton	PSol-SP	57ª Legislatura
Juliana Cardoso	PT-SP	57ª Legislatura
Luiza Erundina	PSol-SP	57ª Legislatura
Maria Rosas	Republicanos-SP	57ª Legislatura
Marina Silva	Rede-SP	57ª Legislatura
Renata Abreu	Podemos-SP	57ª Legislatura
Rosana Valle	PL-SP	57ª Legislatura
Rosângela Moro	União Brasil-SP	57ª Legislatura
Sâmia Bomfim	PSol-SP	57ª Legislatura
Simone Marqueto	MDB-SP	57ª Legislatura
Sônia Guajajara	PSol-SP	57ª Legislatura
Tabata Amaral	PSB-SP	57ª Legislatura
Paulão	PT-AL	57ª Legislatura
Afonso Florence	PT-BA	57ª Legislatura
Alice Portugal	PCdoB-BA	57ª Legislatura
Daniel Almeida	PCdoB-BA	57ª Legislatura
Lídice da Mata	PSB-BA	57ª Legislatura
Valmir Assunção	PT-BA	57ª Legislatura
Waldenor Pereira	PT-BA	57ª Legislatura
Zé Neto	PT-BA	57ª Legislatura

André Figueiredo	PDT-CE	57ª Legislatura
Luizianne Lins	PT-CE	57ª Legislatura
Erika Kokay	PT-DF	57ª Legislatura
Jack Rocha	PT-ES	57ª Legislatura
Leonardo Monteiro	PT-MG	57ª Legislatura
Padre João	PT-MG	57ª Legislatura
Patrus Ananias	PT-MG	57ª Legislatura
Vander Loubet	PT-MS	57ª Legislatura
Airton Faleiro	PT-PA	57ª Legislatura
Dilvanda Faro	PT-PA	57ª Legislatura
Carlos Veras	PT-PE	57ª Legislatura
Tadeu Veneri	PT-PR	57ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	57ª Legislatura
Reimont	PT-RJ	57ª Legislatura
Tarcísio Motta	PSol-RJ	57ª Legislatura
Bohn Gass	PT-RS	57ª Legislatura
Giovani Cherini	PL-RS	57ª Legislatura
Heitor Schuch	PSB-RS	57ª Legislatura
Marcon	PT-RS	57ª Legislatura
Alexandre Padilha	PT-SP	57ª Legislatura
Arlindo Chinaglia	PT-SP	57ª Legislatura
Carlos Zarattini	PT-SP	57ª Legislatura
Guilherme Boulos	PSol-SP	57ª Legislatura
Juliana Cardoso	PT-SP	57ª Legislatura
Luiz Marinho	PT-SP	57ª Legislatura
Motta	PL-SP	57ª Legislatura
Nilto Tatto	PT-SP	57ª Legislatura
Dra. Vanda Milani	SD-AC	56ª Legislatura
Jéssica Sales	MDB-AC	56ª Legislatura
Mara Rocha	PSDB-AC	56ª Legislatura
Perpétua Almeida	PCdoB-AC	56ª Legislatura
Tereza Nelma	PSDB-AL	56ª Legislatura
Aline Gurgel	PRB-AP	56ª Legislatura
Leda Sadala	Avante-AP	56ª Legislatura
Professora Marcivania	PCdoB-AP	56ª Legislatura
Alice Portugal	PCdoB-BA	56ª Legislatura
Lídice da Mata	PSB-BA	56ª Legislatura
Professora Dayane Pimentel	PSL-BA	56ª Legislatura
Luizianne Lins	PT-CE	56ª Legislatura
Bia Kicis	PRP-DF	56ª Legislatura
Celina Leão	PP-DF	56ª Legislatura
Erika Kokay	PT-DF	56ª Legislatura
Flávia Arruda	PR-DF	56ª Legislatura
Paula Belmonte	PPS-DF	56ª Legislatura
Dra. Soraya Manato	PSL-ES	56ª Legislatura

Lauriete	PR-ES	56ª Legislatura
Norma Ayub	DEM-ES	56ª Legislatura
Flávia Morais	PDT-GO	56ª Legislatura
Magda Mofatto	PR-GO	56ª Legislatura
Alê Silva	PSL-MG	56ª Legislatura
Áurea Carolina	PSol-MG	56ª Legislatura
Greyce Elias	Avante-MG	56ª Legislatura
Margarida Salomão	PT-MG	56ª Legislatura
Rose Modesto	PSDB-MS	56ª Legislatura
Tereza Cristina	DEM-MS	56ª Legislatura
Professora Rosa Neide	PT-MT	56ª Legislatura
Elcione Barbalho	MDB-PA	56ª Legislatura
Edna Henrique	PSDB-PB	56ª Legislatura
Marília Arraes	PT-PE	56ª Legislatura
Iracema Portella	PP-PI	56ª Legislatura
Margarete Coelho	PP-PI	56ª Legislatura
Marina Santos	PTC-PI	56ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	56ª Legislatura
Aline Sleutjes	PSL-PR	56ª Legislatura
Christiane de Souza Yared	PR-PR	56ª Legislatura
Gleisi Hoffmann	PT-PR	56ª Legislatura
Leandre	PV-PR	56ª Legislatura
Luisa Canziani	PTB-PR	56ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	56ª Legislatura
Chris Tonietto	PSL-RJ	56ª Legislatura
Clarissa Garotinho	Pros-RJ	56ª Legislatura
Daniela do Waguinho	MDB-RJ	56ª Legislatura
Flordelis	PSD-RJ	56ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	56ª Legislatura
Major Fabiana	PSL-RJ	56ª Legislatura
Rosângela Gomes	PRB-RJ	56ª Legislatura
Soraya Santos	PR-RJ	56ª Legislatura
Talíria Petrone	PSol-RJ	56ª Legislatura
Natália Bonavides	PT-RN	56ª Legislatura
Jaqueline Cassol	PP-RO	56ª Legislatura
Mariana Carvalho	PSDB-RO	56ª Legislatura
Silvia Cristina	PDT-RO	56ª Legislatura
Joenia Wapichana	Rede-RR	56ª Legislatura
Shéridan	PSDB-RR	56ª Legislatura
Fernanda Melchionna	PSol-RS	56ª Legislatura
Liziane Bayer	PSB-RS	56ª Legislatura
Maria do Rosário	PT-RS	56ª Legislatura
Angela Amin	PP-SC	56ª Legislatura
Carmem Zanotto	PPS-SC	56ª Legislatura
Caroline de Toni	PSL-SC	56ª Legislatura

Geovania de Sá	PSDB-SC	56ª Legislatura
Adriana Ventura	Novo-SP	56ª Legislatura
Bruna Furlan	PSDB-SP	56ª Legislatura
Carla Zambelli	PSL-SP	56ª Legislatura
Joice Hasselmann	PSL-SP	56ª Legislatura
Luiza Erundina	PSol-SP	56ª Legislatura
Maria Rosas	PRB-SP	56ª Legislatura
Policial Katia Sastre	PR-SP	56ª Legislatura
Renata Abreu	Pode-SP	56ª Legislatura
Rosana Valle	PSB-SP	56ª Legislatura
Sâmia Bomfim	PSol-sp	56ª Legislatura
Tabata Amaral	PDT-SP	56ª Legislatura
Dulce Miranda	MDB-TO	56ª Legislatura
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM-TO	56ª Legislatura
Paulão	PT-AL	56ª Legislatura
Afonso Florence	PT-BA	56ª Legislatura
Alice Portugal	PCdoB-BA	56ª Legislatura
Daniel Almeida	PCdoB-BA	56ª Legislatura
Lídice da Mata	PSB-BA	56ª Legislatura
Nelson Pellegrino	PT-BA	56ª Legislatura
Valmir Assunção	PT-BA	56ª Legislatura
Waldenor Pereira	PT-BA	56ª Legislatura
André Figueiredo	PDT-CE	56ª Legislatura
Delegado Waldir	PSL-GO	56ª Legislatura
Bira do Pindaré	PSB-MA	56ª Legislatura
Leonardo Monteiro	PT-MG	56ª Legislatura
Padre João	PT-MG	56ª Legislatura
Patrus Ananias	PT-MG	56ª Legislatura
Vilson da FETAEMG	PSB-MG	56ª Legislatura
Vander Loubet	PT-MS	56ª Legislatura
Airton Faleiro	PT-PA	56ª Legislatura
Beto Faro	PT-PA	56ª Legislatura
Carlos Veras	PT-PE	56ª Legislatura
Assis Carvalho	PT-PI	56ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	56ª Legislatura
Bohn Gass	PT-RS	56ª Legislatura
Giovani Cherini	PR-RS	56ª Legislatura
Heitor Schuch	PSB-RS	56ª Legislatura
Marcon	PT-RS	56ª Legislatura
João Daniel	PT-SE	56ª Legislatura
Valdevan Noventa	PSC-SE	56ª Legislatura
Arlindo Chinaglia	PT-SP	56ª Legislatura
Ivan Valente	PSol-SP	56ª Legislatura
Luiz Carlos Motta	PR-SP	56ª Legislatura
Orlando Silva	PCdoB-SP	56ª Legislatura

Paulo Pereira da Silva	SD-SP	56ª Legislatura
Roberto de Lucena	Pode-SP	56ª Legislatura
Vicentinho	PT-SP	56ª Legislatura
Célio Moura	PT-TO	56ª Legislatura
Jéssica Sales	PMDB-AC	55ª Legislatura
Janete Capiberibe	PSB-AP	55ª Legislatura
Jozi Rocha	PTB-AP	55ª Legislatura
Professora Marcivânia	PT-AP	55ª Legislatura
Conceição Sampaio	PP-AM	55ª Legislatura
Alice Portugal	PCdoB-BA	55ª Legislatura
Moema Gramacho	PT-BA	55ª Legislatura
Tia Eron	PRB-BA	55ª Legislatura
Gorete Pereira	PR-CE	55ª Legislatura
Luizianne Lins	PT-CE	55ª Legislatura
Érika Kokay	PT-DF	55ª Legislatura
Flávia Moraes	PDT-GO	55ª Legislatura
Magda Mofatto	PR-GO	55ª Legislatura
Eliziane Gama	PPS-MA	55ª Legislatura
Tereza Cristina	PSB-MS	55ª Legislatura
Brunny	PTC-MG	55ª Legislatura
Dâmina Pereira	PMN-MG	55ª Legislatura
Jô Moraes	PCdoB-MG	55ª Legislatura
Margarida Salomão	PT-MG	55ª Legislatura
Raquel Muniz	PSC-MG	55ª Legislatura
Elcione Barbalho	PMDB-PA	55ª Legislatura
Júlia Marinho	PSC-PA	55ª Legislatura
Simone Morgado	PMDB-PA	55ª Legislatura
Christiane Yared	PTN-PR	55ª Legislatura
Leandre Dal Ponte	PV-PR	55ª Legislatura
Luciana Santos	PCdoB-PE	55ª Legislatura
Iracema Portella	PP-PI	55ª Legislatura
Rejane Dias	PT-PI	55ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	55ª Legislatura
Clarissa Garotinho	PR-RJ	55ª Legislatura
Cristiane Brasil	PTB-RJ	55ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	55ª Legislatura
Rosângela Gomes	PRB-RJ	55ª Legislatura
Soraya Santos	PMDB-RJ	55ª Legislatura
Zenaide Maia	PR-RJ	55ª Legislatura
Maria do Rosário	PT-RS	55ª Legislatura
Mariana Carvalho	PSDB-RO	55ª Legislatura
Marinha Raupp	PMDB-RO	55ª Legislatura
Maria Helena	PSB-RR	55ª Legislatura
Shéridan	PSDB-RR	55ª Legislatura
Carmem Zanotto	PPS-SC	55ª Legislatura

Geovania de Sá	PSDB-SC	55ª Legislatura
Ana Perugini	PT-SP	55ª Legislatura
Bruna Furlan	PSDB-SP	55ª Legislatura
Keiko Ota	PSB-SP	55ª Legislatura
Luiza Erundina	PSB-SP	55ª Legislatura
Mara Gabrielli	PSDB-SP	55ª Legislatura
Renata Abreu	PTN-SP	55ª Legislatura
Dulce Miranda	PMDB-TO	55ª Legislatura
Josi Nunes	PMDB-TO	55ª Legislatura
Professora Dorinha	DEM-TO	55ª Legislatura
Sibá Machado	PT-AC	55ª Legislatura
Paulão	PT-AL	55ª Legislatura
Afonso Florence	PT-BA	55ª Legislatura
Alice Portugal	PCdoB-BA	55ª Legislatura
Bebeto Galvão	PSB-BA	55ª Legislatura
Daniel Almeida	PCdoB-BA	55ª Legislatura
Moema Gramacho	PT-BA	55ª Legislatura
Nelson Pellegrino	PT-BA	55ª Legislatura
Valmir Assunção	PT-BA	55ª Legislatura
Waldenor Pereira	PT-BA	55ª Legislatura
André Figueiredo	PDT-CE	55ª Legislatura
Cabo Sabino	PR-CE	55ª Legislatura
Chico Lopes	PCdoB-CE	55ª Legislatura
Augusto Carvalho	SD-DF	55ª Legislatura
Érika Kokay	PT-DF	55ª Legislatura
Max Filho	PSDB-ES	55ª Legislatura
Delegado Waldir	PSDB-GO	55ª Legislatura
João Campos	PSDB-GO	55ª Legislatura
Julião Amin	PDT-MA	55ª Legislatura
Vander Loubet	PT-MS	55ª Legislatura
Zeca do PT	PT-MS	55ª Legislatura
Adelmo Leão	PT-MG	55ª Legislatura
Leonardo Monteiro	PT-MG	55ª Legislatura
Padre João	PT-MG	55ª Legislatura
Patrus Ananias	PT-MG	55ª Legislatura
Beto Faro	PT-PA	55ª Legislatura
Zé Geraldo	PT-PA	55ª Legislatura
Assis do Couto	PT-PR	55ª Legislatura
Assis Carvalho	PT-PI	55ª Legislatura
Benedita da Silva	PT-RJ	55ª Legislatura
Chico Alencar	PSol-RJ	55ª Legislatura
Jandira Feghali	PCdoB-RJ	55ª Legislatura
Luiz Sérgio	PT-RJ	55ª Legislatura
Rogério Marinho	PSDB-RN	55ª Legislatura
Bohn Gass	PT-RS	55ª Legislatura

Giovani Cherini	PDT-RS	55ª Legislatura
Heitor Schuch	PSB-RS	55ª Legislatura
Jose Stédile	PSB-RS	55ª Legislatura
Marco Maia	PT-RS	55ª Legislatura
Marcon	PT-RS	55ª Legislatura
Maria do Rosário	PT-RS	55ª Legislatura
Pepe Vargas	PT-RS	55ª Legislatura
Décio Lima	PT-SC	55ª Legislatura
Arlindo Chinaglia	PT-SP	55ª Legislatura
Ivan Valente	PSol-SP	55ª Legislatura
Paulo Pereira da Silva	SD-SP	55ª Legislatura
Roberto Alves	PRB-SP	55ª Legislatura
Roberto de Lucena	PV-SP	55ª Legislatura
Valmir Prascidelli	PT-SP	55ª Legislatura
Vicentinho	PT-SP	55ª Legislatura
João Daniel	PT-SE	55ª Legislatura

Anexo D – Bancada de Oposição Progressista no Senado (55ª a 57ª Legislatura)

PARLAMENTAR	PARTIDO E UF	LEGISLATURA
Maria das Vitórias	PSD-AC	57ª Legislatura
Leila Barros	PDT-DF	57ª Legislatura
Dameres Alves	Republicanos-DF	57ª Legislatura
Eliziane Gama	Cidadania-MA	57ª Legislatura
Tereza Cristina	Progressistas-MS	57ª Legislatura
Soraya Thronicke	União-MS	57ª Legislatura
Daniella Ribeiro	PSD-PB	57ª Legislatura
Tereza Leitão	PT-PE	57ª Legislatura
Eliane Nogueira	PP-PI	57ª Legislatura
Zenaide Maia	Pros-RN	57ª Legislatura
Ivete da Silveira	MDB-SC	57ª Legislatura
Mara Gabrilli	PSDB-SP	57ª Legislatura
Professora Dorinha	União-TO	57ª Legislatura
Randolfe Rodrigues	REDE-AP	57ª Legislatura
Jaques Wagner	PT-BA	57ª Legislatura
Beto Faro	PT-PA	57ª Legislatura
Tereza Leitão	PT-PE	57ª Legislatura
Wellington Dias	PT-PI	57ª Legislatura
Paulo Paim	PT-RS	57ª Legislatura
Giordano	MDB-SP	57ª Legislatura
Mailza Gomes	PP-AC	56ª Legislatura
Leila do Vôlei	PSB-DF	56ª Legislatura
Rose de Freitas	Pode-ES	56ª Legislatura
Eliziane Gama	PPS-MA	56ª Legislatura
Simone Tebet	MDB-MS	56ª Legislatura
Soraya Thronicke	PSL-MS	56ª Legislatura
Juíza Selma Arruda	PSL-MT	56ª Legislatura
Daniella Ribeiro	PP-PB	56ª Legislatura
Doutora Zenaide Maia	PHS-RN	56ª Legislatura
Maria do Carmo Alves	DEM-SE	56ª Legislatura
Mara Gabrilli	PSDB-SP	56ª Legislatura
Kátia Abreu	PDT-TO	56ª Legislatura
Randolfe	Rede-AP	56ª Legislatura
Jaques Wagner	PT-BA	56ª Legislatura
Paulo Rocha	PT-PA	56ª Legislatura
Paulo Paim	PT-RS	56ª Legislatura
Major Olímpio	PSL-SP	56ª Legislatura
Vanessa Grazziotin	PCdoB-AM	55ª Legislatura
Lídice da Mata	PSB-BA	55ª Legislatura
Rose de Freitas	PMDB-ES	55ª Legislatura
Lúcia Vânia	PSDB-GO	55ª Legislatura

Simone Tebet	PMDB-MS	55ª Legislatura
Maria Regina Sousa	PT-PI	55ª Legislatura
Gleisi Hoffmann	PT-PR	55ª Legislatura
Fátima Bezerra	PT-RN	55ª Legislatura
Angela Portela	PT-RR	55ª Legislatura
Ana Amélia	PP-RS	55ª Legislatura
Maria do Carmo Alves	DEM-SE	55ª Legislatura
Marta Suplicy	PT-SP	55ª Legislatura
Kátia Abreu	PMDB-TO	55ª Legislatura
Vanessa Grazziotin	PCdoB-AM	55ª Legislatura
Randolfe Rodrigues	PSol-AP	55ª Legislatura
Walter Pinheiro	PT-BA	55ª Legislatura
José Pimentel	PT-CE	55ª Legislatura
Hélio José da Silva Lima	PSD-DF	55ª Legislatura
Paulo Rocha	PT-PA	55ª Legislatura
Maria Regina Sousa	PT-PI	55ª Legislatura
Fátima Bezerra	PT-RN	55ª Legislatura
Paulo Paim	PT-RS	55ª Legislatura

Anexo E – Parlamentares da 57ª Legislatura com participação em mais de uma Bancada

PARLAMENTAR	PARTIDO E UF	BANCADAS
Alceu Moreira	MDB-RS	Segurança & Ruralista
Altineu Côrtes	PL-RJ	Evangélica & Ruralista
Antônia Lúcia	Republicanos-AC	Evangélica & Ruralista
Daniela Reinehr	PL-SC	Segurança & Ruralista
Eduardo Bolsonaro	PL-SP	Segurança & Evangélica
Eli Borges	PL-TO	Evangélica & Ruralista
Felipe Francischini	União Brasil-PR	Segurança & Evangélica
Filipe Barros	PL-PR	Segurança & Evangélica
Filipe Martins	PL-TO	Evangélica & Ruralista
Gilberto Nascimento	PSC-SP	Segurança & Evangélica
Greyce Elias	Avante-MG	Evangélica & Ruralista
José Medeiros	PL-MT	Segurança & Evangélica & Ruralista
Lincoln Portela	PL-MG	Segurança & Evangélica
Lucas Redecker	PSDB-RS	Evangélica & Ruralista
Lucio Mosquini	MDB-RO	Evangélica & Ruralista
Messias Donato	Republicanos-ES	Segurança & Evangélica
Milton Vieira	Republicanos-SP	Segurança & Evangélica
Misael Varela	PSD-MG	Segurança & Ruralista
Moses Rodrigues	União Brasil-CE	Segurança & Evangélica
Pastor Sargento Isidório	Avante-BA	Segurança & Evangélica
Sérgio Brito	PSD-BA	Evangélica & Ruralista
Stefano Aguiar	PSD-MG	Evangélica & Ruralista
Efraim Filho (Senador)	União-PB	Segurança & Ruralista
Flávio Bolsonaro (Senador)	PL-RJ	Segurança & Evangélica

